

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO
CENTRO DE ARTES - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ARQUITETURA E URBANISMO

NATÁLIA OLIVEIRA LIRA DA SILVA

**METODOLOGIA DE REPRESENTAÇÃO IDENTITÁRIA
DO PATRIMÔNIO TERRITORIAL:
A ÁGUA COMO ELEMENTO DE IDENTIDADE EM LINHARES/ES**

VITÓRIA

2014

NATÁLIA OLIVEIRA LIRA DA SILVA

METODOLOGIA DE REPRESENTAÇÃO IDENTITÁRIA

DO PATRIMÔNIO TERRITORIAL:

A ÁGUA COMO ELEMENTO DE IDENTIDADE EM LINHARES/ES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Centro de Artes da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, na área de concentração: Cidades e impactos no território.

Orientador(a): Renata Hermanny de Almeida

VITÓRIA

2014

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

Silva, Natália Oliveira Lira da, 1985-
S586m Metodologia de representação identitária do patrimônio
territorial : a água como elemento de identidade em Linhares/ES
/ Natália Oliveira Lira da Silva. – 2014.
91 f. : il.

Orientador: Renata Hermanny de Almeida.
Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) –
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Artes.

1. Patrimônio territorial – Linhares (ES). 2. Identidade -
Linhares (ES). I. Almeida, Renata Hermanny de. II. Universidade
Federal do Espírito Santo. Centro de Artes. III. Título.

CDU: 72

NATÁLIA OLIVEIRA LIRA DA SILVA

**METODOLOGIA DE REPRESENTAÇÃO IDENTITÁRIA DO PATRIMÔNIO
TERRITORIAL:**

A ÁGUA COMO ELEMENTO DE IDENTIDADE EM LINHARES/ES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Centro de Artes da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito final para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Aprovada em 19 de agosto de 2014

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Renata Hermanny de Almeida
(Orientadora – PPGAU/UFES)

Prof^a. Dr^a. Gisele Girardi
(Membro interno – PPGG/UFES)

Prof. Dr^a Maria Lúcia Bressan Pinheiro
(Membro externo – FAU/USP)

Aos meus pais, meu esposo, minha irmã, meus
amigos e mestres pelo apoio e carinho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente a Deus, base da minha existência, e à minha família pela compreensão e incentivo nos momentos difíceis.

À Professora Doutora Renata Hermann de Almeida pela dedicação e carinho em orientar-me para que chegasse, da melhor forma possível, ao fim do meu percurso no mestrado. Ainda no âmbito acadêmico, agradeço as co-avaliadoras professoras doutoras Gisele Girardi e Maria Lúcia Bressan Pinheiro e aos demais professores e funcionários do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro na forma de bolsa de estudos.

Aos amigos que compartilharam minhas inquietudes e contribuíram para a realização deste trabalho.

RESUMO

Apresenta primeiramente o conceito de desenvolvimento local autossustentável dentro do enfoque territorialista. Mostra também o conceito de patrimônio territorial e o de representação identitária do território como instrumento de preservação do patrimônio, neste caso o territorial. O enfoque territorialista é adotado como base teórica para a construção do roteiro metodológico de representação identitária do território com vistas à preservação do patrimônio tendo como objeto empírico o município de Linhares/ES, que passa por um processo de intenso desenvolvimento de seu território e que apresenta um rico patrimônio, no que diz respeito aos recursos naturais, em especial o hídrico. Nos últimos anos tem-se registrado um crescimento forte dos instrumentos disponíveis para a produção de imagens do território, neste caso o uso da tecnologia de Sistemas de Informações Geográficas. Por meio deste recurso, adotado na Escola Territorialista Italiana, representa-se o patrimônio que constitui o território municipal, tendo como produtos finais o Atlas do patrimônio territorial no município de Linhares/ES e o Roteiro metodológico de representação identitária do patrimônio territorial.

Palavras chave: Patrimônio territorial. Representação identitária. Linhares/ES.

ABSTRACT

First introduced the concept of self-sustaining local development within the territorialist approach. It also shows the concept of territorial heritage and the identity representation of the territory as a tool for heritage preservation, in this case the territorial. The territorialist approach is adopted as a theoretical basis for the construction of methodological outline of identity representation of the territory with a view to preserving heritage as an empirical object the municipality of Linhares / ES, which goes through a process of intensive development of its territory and has a rich heritage, with regard to natural resources, especially water. In recent years it has registered a strong growth of available instruments to produce images of the territory, in this case the use of Geographic Information Systems technology. Through this feature, adopted in territorialist Italian School, represents the heritage that constitutes the municipal territory, with the final product of the dissertation, the Atlas of territorial heritage.of Linhares/ES and the Methodology roadmap to identity representation of territorial heritage.

Key words: Territorial heritage. Identity representation. Linhares/ES.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01- Esquema do processo analítico-projetual para o desenvolvimento local autossustentável.....	14
Figura 02- Estrutura morfológica instalada.....	36
Figura 03- Estrutura funcional.....	37
Figura 04- Trama paisagística.....	38
Figura 05- Estrutura morfológica instalada resistente.....	40
Figura 06- Estrutura funcional resistente.....	41
Figura 07- Trama paisagística resistente.....	42
Figura 08- Linhares e seus limites administrativos.....	51
Figura 09- Vista aérea da área urbana do município de Linhares.....	52
Figura 10- Ficha de catalogação da cartografia histórica (modelo)	57
Figura 11- Mapa datado de 1616 que apresenta parte do litoral do estado do Espírito Santo, o rio Doce e possivelmente a lagoa Juparanã em um dos braços do rio.....	59
Figura 12-(a) Carta Geográfica do rio Doce e seus Confluentes, 1800. (b) Planta da parte da província do Espírito Santo, 1878.....	60
Figura 13- (a) <i>Mappa rodoviário do Estado do Espírito Santo</i> , 1935. b) <i>Carta do Brasil (Linhares)</i> , 1979. (c) <i>Mapa Imagem do Município de Linhares</i> , 1990...	61
Figura 14- Farol do rio Doce em Regência.....	71
Figura 15- Ilha do imperador- Lagoa Juparanã.....	72
Figura 16- Reserva biológica de Sooretama.....	73
Figura 17- Reserva natural da Vale do rio Doce.....	73
Figura 18- Reserva biológica de Comboyos.....	74
Figura 19- Floresta nacional de Goitacazes.....	74

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Organização dos conceitos de patrimônio identificados nas cartas patrimoniais, segundo a década de discurso.....	16
Quadro 02: Organização dos conceitos de patrimônio identificados na legislação brasileira, segundo a década de discurso.....	18

LISTA DE MAPAS

Mapa 01: Massa de água do município de Linhares.....	64
Mapa 02: Massas de água apresentadas em cartografia datada de 1616 a 1642 do município de Linhares	65
Mapa 03: Massas de água apresentadas em cartografia datada de 1800 a 1899 do município de Linhares	66
Mapa 04: Áreas urbanas existentes em cartografia histórica do município de Linhares.....	67
Mapa 05: Categoria físico-histórica: Artefato urbano do município de Linhares....	68
Mapa 06: Evolução urbana - sede municipal de Linhares.....	69
Mapa 07: Uso do solo do município de Linhares.....	70
Mapa 08: Patrimônio tombado pelo CEC do município de Linhares.....	75
Mapa 09: Atlas do patrimônio territorial do município de Linhares.....	77
Mapa 10: Atlas do patrimônio territorial do município de Linhares (sem ortofotomosaico).....	78

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AHEX- Arquivo Histórico do Exército

CVRD- Companhia Vale do Rio Doce

EIA- Estudo de impacto ambiental

GRAM- Grupo de Revalorização de Áreas Marginais

ICMBio- Instituto Chico Mendes de Conservação da biodiversidade

IDAF- Instituto de defesa agropecuária e florestal do Espírito Santo

IJSN- Instituto Jones dos Santos Neves

LABGEST- Laboratório de Gestão de Recursos Hídricos e Desenvolvimento Regional–UFES

SIG- Sistema de Informações Geográficas

SIT- Sistema de Informação Territorial

SLOT- Sistema Local Territorial

SdT- Società dei territorialisti/e

TDR- Territorialização, desterritorialização e reterritorialização

UNESCO- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência, e a Cultura

ZPE- Zona de Proteção do entorno

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
2. A REPRESENTAÇÃO IDENTITÁRIA DO TERRITÓRIO.....	23
2.1. Patrimônio territorial: por uma conceituação.....	23
2.2. A representação identitária como instrumento de identificação do patrimônio.....	29
2.3. O atlas do patrimônio territorial	45
3. O PATRIMÔNIO TERRITORIAL NO MUNICÍPIO DE LINHARES / ES	51
3.1. A rede hídrica e sua representação identitária no município de Linhares/ES.....	51
3.2. O atlas do patrimônio territorial no município de Linhares/ES.....	76
4. ROTEIRO METODOLÓGICO DE REPRESENTAÇÃO IDENTITÁRIA DO PATRIMÔNIO TERRITORIAL.....	79
4.1. Considerações preliminares.....	79
4.2. Roteiro Metodológico da representação Identitária do Patrimônio territorial	79
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	82
REFERÊNCIAS.....	85
APÊNDICE A- Bibliografia complementar.....	89
APÊNDICE B- Inventário (CD).....	91

1. INTRODUÇÃO

Uma questão posta a respeito das formas de ocupação humana é como desenvolver novas regras de projeto e produção do território e da cidade que contribuam para o início de modelos de desenvolvimento autossustentável¹.

Dentre os enfoques adotados para a discussão do desenvolvimento local autossustentável tem-se: o enfoque funcionalista ou da eco compatibilidade do crescimento econômico, o enfoque ambientalista ou biocêntrico, e o enfoque territorialista ou antropobiocêntrico.

No enfoque funcionalista, atribui-se um grande valor à ciência e à tecnologia para a resolução dos problemas ambientais por meio de medidas padronizadas. A sustentabilidade, neste caso, se identifica com os limites admissíveis no que diz respeito ao consumo de recursos, à exploração de um território e à contaminação ambiental. No enfoque ambientalista, a sustentabilidade se situa como um problema de interação entre a ocupação antrópica e o meio ambiente, sendo este último entendido como sistema natural cujas leis de autorreprodução se devem respeitar.

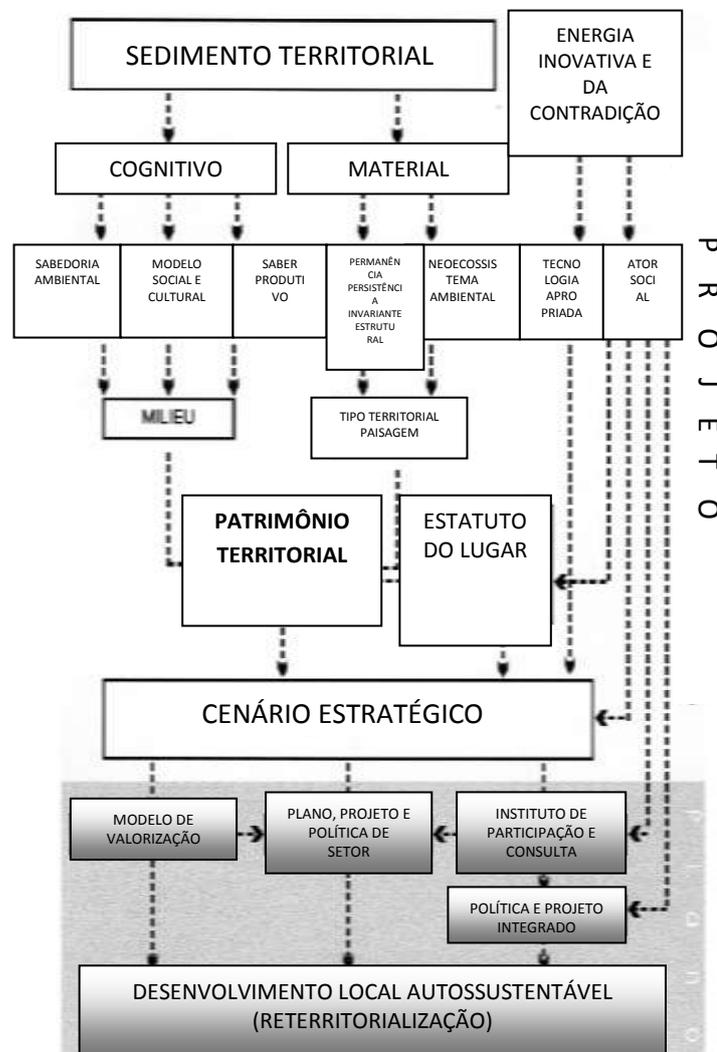
Por fim, o enfoque territorialista enfrenta o problema da sustentabilidade centralizando a atenção no ambiente humano, e, apesar de ter questões em comum com o enfoque ambientalista, refere-se à sustentabilidade do desenvolvimento com respeito ao território, entendido como um neoeossistema produzido pelas pessoas. A designação de “território”, em vez de “ambiente natural” (que é um componente do primeiro), como referente da sustentabilidade, modifica e induz a avaliação das relações entre cultura, natureza e história. A degradação do território compreende a degradação ambiental, e, também, a degradação do território construído e a degradação social, que é consequência de ambas. Portanto, é este último enfoque, o territorialista, o adotado como base teórica para a construção do roteiro metodológico de representação identitária do território com vistas à preservação do patrimônio tendo como objeto empírico o município de Linhares, que passa por um processo de intenso desenvolvimento de seu território e que apresenta um rico patrimônio, no que diz respeito aos recursos naturais, em especial o hídrico.

¹ As reflexões que se seguem têm como referências centrais os textos *El proyecto local: hacia una consciencia del lugar* (2011) e *Rappresentare i luoghi. Metodi e tecniche* (2001), ambos de autoria de Alberto Magnaghi.

O conceito de desenvolvimento local autossustentável requer uma transformação radical do paradigma analítico e projetual: no plano analítico, é necessário passar de descrições funcionais do espaço a descrições identitárias dos lugares, dos *milieux*², dos ambientes humanos e dos sistemas ambientais; no plano projetual, propõe-se passar de planos setoriais a planos integrados multisetoriais, com valores estratégicos e interativos; no plano da avaliação, a transformação do estudo de impacto ambiental (EIA) até de modelos de diversos usos e se refiram a conceitos integrados e multisetoriais de sustentabilidade.

Na figura 01 são sintetizados os percursos projetuais e processos de planejamento que podem iniciar um desenvolvimento local autossustentável (MAGNAGHI, 2001).

Figura 01- Esquema do processo analítico-projetual para o desenvolvimento local autossustentável



Fonte: Magnaghi, 2001. Adaptado pela autora

² *Milieux*: Plural de *milieu*, em francês: meio.

A ação projetual e de planejamento se caracteriza por uma estrutura analítica multidisciplinar que interpreta os lugares e suas tipologias territoriais identificando, com precisão, invariantes estruturais e caracteres estatutários. A análise “constrói” seu objeto de indagação como fundamento do projeto. A gênese do projeto é imanente ao diálogo entre ação projetual e espírito do lugar, valorizador da identidade territorial.

O patrimônio territorial constitui a síntese da análise histórica do processo de territorialização, que se substancia nos sedimentos cognitivos que constituem o *milieu*; e nos sedimentos materiais que denotam o tipo territorial e a paisagem.

O encontro da energia inovativa e da contradição com o patrimônio territorial pode produzir o que se denomina “estatuto dos lugares”: uma descrição “densa” e socialmente compartilhada pela identidade dos lugares, por meio da qual se definem as invariantes estruturais e as regras de transformação territorial coerentes com a valorização do patrimônio.

O cenário estratégico, enquanto referência projetual do futuro de um território, relativo à autossustentabilidade do desenvolvimento, é definido tendo em conta a peculiaridade do patrimônio territorial, dos invariantes e das regras de transformação contidas no estatuto, e é socialmente produzido com a participação de atores locais que, no processo, se fazem portadores de energia positiva para a reterritorialização.

A definição de um cenário estratégico de transformação ecológica aplicada a uma biorregião (ecossistema territorial, bacia hidrográfica, sistema vale, nó orográfico, sistema urbano-territorial, redes de cidade, etc.) tem em conta, antes de tudo, a patologia territorial: o estado de desterritorialização³ (de ruptura de regras de crescimento), de degradação (dos sistemas ambientais e sociais; a crise de identidade da comunidade instalada); de descontextualização (grau de destruição da paisagem urbana e rural e da qualidade habitacional). O cenário estratégico assume necessariamente um caráter multidisciplinar do momento em que traria um cenário de transformação, indicando os valores constitutivos do novo modelo de desenvolvimento sustentável.

³ Simplificadamente podemos afirmar que a desterritorialização é o movimento pelo qual se abandona o território, “é a operação da linha de fuga” e a reterritorialização é o movimento de construção do território (DELEUZE e GUATTARI, 1997, apud BRUCE e HAESBAERT, 2004).

A elaboração de um projeto de desenvolvimento sustentável fundado sobre a valorização do patrimônio territorial requer, antes de tudo, seu conhecimento.

O patrimônio territorial, intenso não como conjunto de objetos, manufaturas, monumentos a conservar, mas como sujeito vivente cuja complexidade é decorrente de ser constituído de relações coevolutivas entre ambiente natural, ambiente construído e ambiente antrópico, requer um conhecimento do processo de sua construção histórica e das regras que o mantêm com vida e o fazem crescer.

O conhecimento das leis de crescimento do patrimônio territorial é a disciplina analítica que se deseja aplicar, consolidada não como uma nova sensibilidade às problemáticas ambientais e aos recursos territoriais, mas como meio de revisão das atuais regras de desenvolvimento. Portanto, tem-se como objetivo o crescimento do patrimônio territorial como momento de fundação do crescimento da riqueza, contra a construção de nova pobreza induzida pelas leis da atual globalização econômica.

Para isso, é preciso reencontrar os traços deixados no território a partir do levantamento dos fragmentos sobreviventes, através da exploração da profundidade temporal do lugar.

Para uma aproximação ao conceito de patrimônio territorial, busca-se entender a evolução do conceito de patrimônio, passando pelo conceito de patrimônio natural (a partir da legislação brasileira), por ser este o patrimônio que se destaca no território de Linhares/ES, adotado como objeto empírico. Acrescenta-se a essa análise a adoção do território como parte do patrimônio histórico e cultural vinculado às práticas sociais e à memória coletiva.

Quadro 01: Organização dos conceitos de patrimônio identificados nas cartas patrimoniais, segundo a década de discurso

DÉCADA DE 1930	DÉCADA DE 1940	DÉCADA DE 1950	DÉCADA DE 1960	DÉCADA DE 1970
MONUMENTOS HISTÓRICOS (EDIFÍCIOS ISOLADOS)		PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO	SÍTIOS ISOLADOS NATURAIS	PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL
CONJUNTOS URBANOS			SÍTIOS ISOLADOS URBANOS	

Fonte: Elaborado pela autora

Acima, tem-se o Quadro 01 no qual se apresenta a evolução do conceito de patrimônio identificada nas cartas patrimoniais⁴. Na Carta de Atenas de 1931 o conceito de patrimônio se restringe aos monumentos históricos, sendo neste momento considerado apenas o edifício isolado. Já na Carta de Atenas de 1933⁵ o conceito se amplia por meio do reconhecimento dos conjuntos urbanos, além dos edifícios isolados, como elementos de valor patrimonial. Na Carta de Nova Delhi de 1956 o patrimônio arqueológico começa a ser incorporado ao patrimônio artístico e cultural. No ano de 1962 a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência, e a Cultura) elabora a recomendação relativa à proteção da beleza e do caráter das paisagens e sítios (Carta de Paris), sendo as reservas naturais e os parques nacionais tratados como patrimônio. Porém, apenas em 1972, com a Convenção do Patrimônio mundial da UNESCO, o conceito de patrimônio natural se consagra internacionalmente. Fazem parte deste patrimônio as formações físicas, biológicas, geológicas e fisiográficas, as zonas de habitat de espécies ameaçadas e os lugares notáveis (CURY, 2004).

Vê-se, de acordo com as Cartas Patrimoniais, que na década de 1930 se considera patrimônio o edifício isolado e os conjuntos urbanos. Na década de 1950 o patrimônio arqueológico se integra ao patrimônio artístico e cultural, e, nos anos de 1960, são incorporados os sítios históricos naturais, bem como os sítios isolados urbanos. Já nos anos de 1970 o patrimônio natural tem maior destaque no cenário internacional.

⁴ Cartas patrimoniais: São recomendações referentes à proteção e preservação do patrimônio cultural desenvolvidas por órgãos de preservação e compiladas por Isabelle Cury (2004).

⁵ Carta de Atenas de 1933: Apresenta generalidades, diagnósticos e conclusões sobre os problemas urbanísticos das principais e grandes cidades do mundo, apurados pelo Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, em Atenas.

Quadro 02: Organização dos conceitos de patrimônio identificados na legislação brasileira, segundo a década de discurso

DÉCADA DE 1930	DÉCADA DE 1940	DÉCADA DE 1950	DÉCADA DE 1960	DÉCADA DE 1970	DÉCADA DE 1980
BENS CULTURAIS E NATURAIS	MONUMENTO NATURAL				CONJUNTOS URBANOS
MONUMENTOS HISTÓRICOS, ARTÍSTICOS E NATURAIS					SÍTIOS DE VALOR HISTÓRICO, PAISAGÍSTICO, ARTÍSTICO, ARQUEOLÓGICO, PALEONTOLÓGICO, ECOLÓGICO E CIENTÍFICO
SÍTIOS					
PAISAGEM					

Fonte: Elaborado pela autora

O Quadro 02 apresenta a evolução do conceito de patrimônio adotado na legislação brasileira. A Constituição Federal brasileira, de 1934, aponta os primeiros esforços para a proteção dos bens culturais e naturais, definindo o dever do Estado para a proteção desses bens⁶. Na Constituição de 1937, há um avanço nessa questão, na medida em que se estabelece, pela primeira vez, o termo monumento natural⁷. Nesse mesmo ano há a edição da primeira legislação federal específica para a proteção do patrimônio, o Decreto-lei nº 25, que eleva os monumentos naturais à qualidade de patrimônio nacional⁸. Outro item marcante, no que diz respeito ao patrimônio natural, é o seu atrelamento a uma condição de área inalterada, ausente da ação humana. Isto se apresenta no momento em que a noção de monumento natural é oficializada por meio da Convenção para a Proteção da Flora, da Fauna e das Belezas Cênicas Naturais dos Países da América, estabelecida em 1940 e referendada no Brasil através do Decreto Legislativo nº 3, de 13/02/48⁹. Na Constituição Federal de 1988, constitui patrimônio cultural brasileiro os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico,

⁶ Referência: BRASIL, 1934

⁷ Referência: BRASIL, 1937

⁸ Referência: IPHAN, 2006

⁹ Referência: BRASIL, 1948

paleontológico, ecológico e científico¹⁰.

De acordo com a legislação brasileira analisada, é na década de 1930 que se inicia a adoção do termo monumento natural para tratar os bens naturais, e a preocupação de preservá-los. Na década de 1940 a preservação de monumentos naturais é consolidada nas Américas e, nos anos 1980, na legislação brasileira, os monumentos naturais passam a ser reconhecidos como parte de sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

A consideração do território como um recurso cultural e econômico deriva de sua recente e progressiva valorização como parte do patrimônio histórico e cultural. Este entendimento como “patrimônio” apresenta duas perspectivas: a evolução vista na concepção do próprio patrimônio, elemento chave da cultura ocidental moderna; e a progressiva reelaboração teórica do conceito de “território”. Ambas confluem, nos últimos anos, em uma identificação que permite falar do patrimônio territorial, qualificando, deste modo, não só o objeto edificado, como também a construção do espaço, mais além do edifício (VALCÁRCEL, 1998).

De acordo com Valcárcel (1998), o reconhecimento de que uma parte do entorno natural e artificial representa um legado valioso, constituindo, assim, uma herança ou patrimônio, forma parte de uma atitude cultural recente no pensamento ocidental. Tal atitude vincula-se à consciência social de que se vive em uma época de transformações, que supõe uma ruptura radical com o passado. É essa consciência de ruptura e descontinuidade que estimula a aparição de uma cultura da preservação, que busca manter a memória do passado comum, convertido em referência cultural da própria sociedade moderna. Algumas correntes de pensadores vêm discutindo a importância da preservação do patrimônio vinculado ao desenvolvimento do território, como é o caso da Escola Territorialista Italiana, que trabalha com um novo conceito de patrimônio, o patrimônio territorial.

Portanto, indica-se uma investigação da aproximação territorialista italiana, que analisa, por exemplo, a degradação ambiental como consequência do processo de desterritorialização e de desestruturação da relação sinérgica entre patrimônio ambiental, territorial e socioeconômico, que caracteriza o sedimento humano contemporâneo; e aponta uma possível solução na promoção de atos

¹⁰ Referência: BRASIL, 1988

territorializantes que reconstróem esta relação, partindo do domínio teórico-conceitual, metodológico e dos códigos e técnicas de representação identitária do território.

Para tanto, é preciso revisar o período de renovação do conceito de território, na Itália, identificado por Saquet (2010), a partir da década de 1970, através, principalmente, de alguns grupos de estudos italianos como o Grupo de Revalorização de Áreas Marginais (GRAM) e o Sistema Local Territorial (Slot), tendo como principais articuladores Giuseppe Dematteis e Alberto Magnaghi, este idealizador da Escola Territorialista Italiana (SAQUET, 2010). Na contemporaneidade, há a *Società dei territorialisti/e* (SdT), criada por Alberto Magnaghi, em 2010, com o fim de atualizar as discussões dos grupos precedentes, e ampliá-las a nível de uma rede de estudos global, como reiterado pela divulgação do *Manifesto per la società dei territorialisti/e* (Manifesto para a sociedade dos territorialistas, tradução nossa).

O lugar é a essência da construção temporal de muitas civilizações, legado e herança da alternância de culturas que o construíram em dialética ao momento contemporâneo da visão do desenvolvimento sustentável como projeto âncora para salvar o sedimento humano no terceiro milênio (POLI, 2001). Através dessa dialética, a Escola Territorialista Italiana pretende promover uma contribuição, de um forte valor educativo, dirigida à definição de uma metodologia de descrição, interpretação e representação dos lugares, através, principalmente do patrimônio territorial (MAGNAGHI, 2005).

Acerca dos conceitos de patrimônio territorial e representação identitária, tem-se que o primeiro é a interação dos sedimentos persistentes dos processos de territorialização de longa data – sedimentos materiais (urbanos, rurais, infraestruturais, bens culturais e paisagísticos) e sedimentos cognitivos (do saber, construtivos, artísticos, produtivos, e modelos socioculturais); e o segundo é uma representação patrimonial do território como bem comum (MAGNAGHI, 2005).

O problema a ser tratado na dissertação é a necessidade de se criar um roteiro metodológico para identificação do patrimônio de um determinado lugar¹¹.

Para tanto, adota-se o município de Linhares, no Estado do Espírito Santo, como

¹¹ Lugar é a concreta manifestação do habitar humano (Alves, L.A. dos R.2007)

objeto empírico da investigação, por este ser um município com intenso e extenso crescimento, nos últimos anos, devido à exploração das reservas de petróleo e gás natural; e pelo fato do mesmo apresentar um significativo patrimônio territorial constituído pelo rio Doce, bem como uma multiplicidade de lagoas; condição determinante para a escolha da água como elemento de identidade deste município.

O objetivo geral da dissertação é a proposição de Roteiro Metodológico de Representação Identitária do Patrimônio Territorial. Para tanto adotam-se como objetivos específicos: 1) apresentar aproximação conceitual acerca do par temático – patrimônio territorial e representação identitária, 2) compreender o método de representação identitária do território, segundo o enfoque proposto pela Escola Territorialista Italiana, 3) identificar, caracterizar e mapear o patrimônio territorial do município de Linhares, na forma de um Atlas.

Como hipótese tem-se ser possível a adoção de um método científico concebido e parametrizado a partir de realidade internacional – neste caso o território italiano, para o desenvolvimento de metodologia adequada a contextos locais, portanto particularizados em suas dimensões socioculturais, econômicas e ambientais.

A metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa compreende análise qualitativa de dimensão conceitual e representacional do patrimônio territorial, bem como a utilização de tecnologia SIG (Sistemas de Informações Geográficas, neste caso o ArcGIS), para representação deste patrimônio; pesquisa de cartografia histórica junto a arquivos públicos, municipal, estadual e nacional; e desenvolvimento de metodologia representacional visando elaboração de atlas do patrimônio territorial.

Dentro da dimensão conceitual do patrimônio territorial, em decorrência da escolha da Escola Territorialista Italiana como ponto de partida conceitual para análise e representação do patrimônio, realiza-se um esforço de tradução de textos dos livros¹² de autoria e/ou coordenação de Alberto Magnaghi, pois inexitem traduções dos mesmos para a língua portuguesa.

O trabalho está estruturado em 03 (três) capítulos principais. No capítulo intitulado “A representação identitária do território”, aborda-se o conceito de patrimônio

¹² La rappresentazione identitaria del territorio, 2005 e Rappresentare i luoghi, 2001. Traduzidos por Renata H. de Almeida e Natália O.L. da Silva

territorial adotado pela Escola Territorialista Italiana, bem como o de representação identitária e suas formas de apresentação do patrimônio, como é o caso do atlas do patrimônio (conceito também apresentado neste capítulo).

No outro capítulo, denominado “O Patrimônio Territorial no município de Linhares/ES”, apresenta-se o patrimônio territorial com foco no patrimônio ambiental do município, com destaque para a rede hídrica, e, como produto desta análise da representação identitária, tem-se o Atlas do Patrimônio Territorial do município de Linhares/ES.

Por fim, no capítulo com o título “Roteiro metodológico da representação identitária do patrimônio territorial”, desenvolve-se o modelo metodológico para identificação e representação do patrimônio territorial de casos assemelhados ao de Linhares/ES, aonde a geohidromorfologia se sobressai no contexto territorial.

2. A REPRESENTAÇÃO IDENTITÁRIA DO TERRITÓRIO

2.1. Patrimônio territorial: por uma aproximação conceitual

A representação identitária do território desenvolvida adiante se dá a partir identificação do aspecto do território que se deseja trabalhar e/ou projetar, que, neste contexto, é o patrimônio territorial.

O conceito de patrimônio territorial é uma grande inovação por englobar o patrimônio natural e o patrimônio cultural local, sendo ambos

[...] indissociáveis de um conjunto de atividades e de comportamentos que lhes dá sentido, ou seja, não existe preservação (nem requalificação ou revitalização) do patrimônio natural e do construído local sem as práticas sociais que são a eles agregadas e que correspondem às diferentes escalas e aos diferentes tipos de herança que ali existem, sem uma economia local que associe a microagricultura e/ou a microindústria, o artesanato, o trabalho autônomo e os serviços diversos acompanhados de atividades não mercantis (MARTINS, 2008, p.3).

O Patrimônio territorial, de acordo com Martins (2008), propõe-se a mostrar como a desterritorialização tende a eliminar o conjunto das riquezas patrimoniais durante o processo de antropização. Portanto, o desenvolvimento local e a reterritorialização devem ser considerados como estratégias para o desenvolvimento global.

Patrimônio, portanto, é um resultado de uma dialética entre o ser humano e seu meio, entre a comunidade e seu território. Patrimônio é constituído por tudo que liga o ser humano ao passado; engloba tanto o território quanto os seus habitantes; e representa uma administração integrada dos recursos de herança, baseada nas estratégias territoriais, sendo seu objetivo final uma qualidade de vida resultante de uma economia sustentável e de um crescimento social (CITTADIN et al., 2010).

Segundo Saquet e Sposito (2007), em países europeus, a partir dos anos 1970, a perspectiva que ganha centralidade é a discussão sobre o território e a territorialidade, efetivando-se o que se convencionou denominar abordagem territorial. É uma nova forma de ver e compreender o espaço, a sociedade e a natureza, ou a dinâmica socioespacial, destacando-se as redes de circulação e comunicação, as características e a importância da natureza exterior ao homem, as relações de poder e as identidades historicamente constituídas.

Para esta discussão, aborda-se o conceito de patrimônio territorial de acordo com Escola Territorialista Italiana, que tem como um dos seus idealizadores Alberto Magnaghi¹³. Para ele o patrimônio territorial é um território constituído de elementos complexos, considerados valores patrimoniais (2009).

A partir da Escola Territorialista Italiana, Magnaghi articula território e desenvolvimento sustentável em vista à necessidade do lugar se autossustentar, se eco-desenvolver e se autogovernar. A sustentabilidade é alcançada a partir do equilíbrio de três princípios: direcionar o desenvolvimento aos requisitos humanos básicos (não os reduzindo a necessidades materiais); contar com o próprio potencial, ou seja, desenvolver a autogestão a partir da sociedade local; e alcançar o desenvolvimento da qualidade ambiental (2011).

O autor define o território como

“(...) mediação, relação social, prática e cognitiva, considerando, ainda, na geração dessas relações, a necessidade de qualidade ambiental e de vida”. Esses conceitos de território e territorialidade são concepções denominadas de aproximação territorialista, com destaque para o lugar, para a dinâmica ambiental e para a elaboração de projetos de desenvolvimento (...)”

Nestes conceitos a sustentabilidade é pensada para além da proteção da natureza, incorporando o território, ou seja, a sustentabilidade política, econômica, cultural e ambiental (2011).

O enfoque territorialista tem sua contribuição mais interessante, desde o ponto de vista do conhecimento projetual e da gestão, quando propõe, como objetivo, interpretar as relações profundas de coevolução entre suporte natural e cultura. Estas relações são consideradas dentro do processo histórico de construção do ambiente do homem sobre um cenário, o território. Trata-se dos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, apresentados por Claude Raffestin e incorporados por Magnaghi, que permitem superar a visão de território como simples matéria sensível e considerá-lo como matéria cultural configurada e significada pela cultura a partir das possibilidades originárias do meio natural. Dessa maneira, o objeto de estudo, o território, é entendido como a síntese do processo de coevolução; como um neocossistema produzido pelo homem (2011).

¹³ As reflexões que se seguem têm como referência Alberto Magnaghi. Neste caso opta-se por indicar apenas o ano de publicação dos títulos pesquisados.

Deste modo, o lugar, como objeto de estudo, é o ponto mais forte e original da proposta de Magnaghi já que, em uma acepção antropológica do conceito, este assume caminhos multidimensionais e complexos, próprios de seu processo de conformação. O lugar é a via de ingresso à interpretação das dimensões particulares que o conformam: o meio natural, o meio construído e o meio social. E nenhuma delas pode atuar separadamente das demais já que, a partir do conceito de lugar, os diversos campos do conhecimento permanecem sempre articulados, às vezes complementares, às vezes contrapostos, sendo o lugar um conjunto de centralidade que não pode ser capturado por nenhum deles, já que é uma virtualidade emergente destas múltiplas dimensões (2011).

Neste aspecto, Magnaghi tem sua contribuição mais rica e inovadora, através dos atlas territoriais e das regras ou invariantes virtuosas de produção e reprodução do lugar, que descodificam as articulações profundas entre população e suporte natural, e restituem ao habitante a categoria de produtor direto de manufaturas e significados, e o habitar a dimensão processual, como ato historicizado de uma cultura. Todo ele está apresentado como um projeto ambiental, como uma forma de ação de uma comunidade que constitui o próprio ambiente de vida por meio de um processo no qual o planejador participa contribuindo, com seu saber específico e sua intencionalidade ética, para estimular uma forma de consciência das invariantes estruturais, das regras de produção de riqueza territorial; para favorecer a difusão dos êxitos referidos da organização do espaço habitado. Trata-se de formas de plano interpretativas e cognoscitivas de um ambiente específico (2011).

O lugar, a sua essência de construção temporal de muitas civilizações, legado, patrimônio, da sucessão de culturas que construíram, sedimentaram território, está entrando na cultura e nas visões de desenvolvimento sustentável como a ancora salva-vidas do projeto de assentamento humano do terceiro milênio. O lugar reaflore na cultura econômica, geográfica, urbanística, sociológica como um patrimônio a ser valorizado para o projeto do futuro (2001).

Os lugares, esses ambientes específicos do território, são os âmbitos por excelência por meio dos quais revalorizar a identidade e as potencialidades locais de saberes e patrimônios territoriais, a partir de processos de construção social do conhecimento, de associação de redes de investigadores militantes e administradores, grupos ambientais, sociais, culturais, etc. Estas articulações perseguem o propósito de

construir experiências compartilhadas, impulsionando as relações nos processos participativos entre administradores, investigadores militantes e movimentos. Nele radica a base para um enfoque localista, que não pretende gerar isolamento senão, pelo contrário, aspira construir desde o local, redes de municípios articulados sinergicamente a partir das qualidades particulares de cada centro urbano ou lugar, como modo mais apropriado para articular aos processos e fluxos globais sem, por isso, perder identidade (2011).

O conceito de “patrimônio territorial” usado na abordagem territorialista assume, por conseguinte, um caráter extensivo e integrado: esse se refere contextualmente aos valores do ambiente físico, do ambiente construído e do ambiente antrópico interpretado nas suas relações coevolutivas. O patrimônio não é mais assunto de políticas e de economia do setor (turístico, cultural), ao lado do desenvolvimento; as suas características peculiares, que definem a identidade de um lugar, são recursos potenciais de um estilo de desenvolvimento original e durável, “tratando” de modo integrado atividades que contribuem para definir os caracteres: produtivos, assentamentos, ambientais, culturais, sociais (2001).

Segundo Magnaghi (2001), o patrimônio territorial está em constante evolução e se torna acessível a partir da descrição do lugar, que é a descrição de um sistema de relações profundas, no tempo, entre ambiente físico, construído e antrópico. São estas relações que estruturam a identidade. O tratamento do lugar como patrimônio acrescenta valor a este recurso. E um projeto de desenvolvimento sustentável fundado sobre valorização do patrimônio territorial requer, antes de tudo, seu conhecimento. O conhecimento das leis de crescimento do patrimônio territorial é a disciplina analítica que se deseja aplicar, não consolidada como a nova sensibilidade às problemáticas ambientais e aos recursos territoriais que poderia parecer. Está, portanto, no primórdio de uma pesquisa que tem como objetivo o crescimento do patrimônio territorial como momento fundador do crescimento da riqueza, contra a construção de nova pobreza induzida pelas leis da globalização econômica.

A descrição do patrimônio territorial, cuja valorização constitui elemento fundamental do projeto de desenvolvimento local, é uma síntese da análise histórica do processo de territorialização, que acontece devido aos sedimentos cognitivos (conhecimento ambiental, modelos e identidade sociocultural, produção de conhecimento) que constituem o meio; e de materiais de sedimentos que denotam um território e uma

paisagem: os novos ecossistemas ambientais descritos em suas estruturas e funções, a continuidade e a permanência de artefatos, infraestruturas territoriais de tipologias urbanas e construção (2001).

Na representação identitária do patrimônio territorial há o patrimônio ambiental, territorial-paisagístico e socioeconômico. O patrimônio ambiental diz respeito à água, à bacias hidrográficas, à identidades biorregionais, à redes ecológicas, à biótipos e ecomosaicos, à biomassa, entre outros fatores; o territorial-paisagístico diz respeito à tipos morfológicos, à figuras territoriais e paisagísticas, à estruturas e infraestruturas urbanas (espaços coletivos, estradas, praças, centralidade, tipologia de relação), e rurais (tramas agrárias, bosques, colinas cultivadas, pastagens); e o socioeconômico diz respeito à modelos socioculturais de longa duração, à meios socioeconômicos, ao planejamento social, aos conhecimentos contextuais (2009).

Pode ser também muito interessante considerar na América Latina um enfoque territorialista que permita interpretar a peculiar identidade dos lugares do continente, construindo o “estatuto dos lugares”, como proposto por Magnaghi. Mas esse processo se adapta às diferentes realidades latino-americanas, com ênfase particular na participação e no projeto comunitário deste estatuto e de suas cartografias. Apesar dos processos de degradação que a têm afetado, a América Latina mantém, ainda, importantes recursos patrimoniais, tanto do ponto de vista ambiental como cultural. Deve-se articular, portanto, os métodos e os projetos voltados à sua valorização, já que os recursos patrimoniais constituem uma premissa básica para a volta da centralidade do território (2011).

Na América Latina, a descrição das energias insurgentes, de suas experiências e de suas redes constitui uma das propostas de investigação mais importantes, que pensa no desenvolvimento participativo dos atlas do território, e que agrega, ao patrimônio ambiental e cultural, a parte social como valor fundamental. A construção teórica e metodológica do projeto local na América Latina deve se basear nas experiências comunitárias, sendo necessário ativar processos e redes coletivas que, proporcionando ao mesmo tempo ao projeto local relações e conhecimentos, retroalimentam-se das relações e dos conhecimentos gerados, construindo uma sociedade local (2011).

Desde o ponto de vista qualitativo, e, sobretudo desde a percepção cidadã, o

processo de transformação territorial e paisagística mais importante tem sido o crescimento urbano, e em particular, a expansão desenfreada do modelo metropolitano contemporâneo, que tem gerado novas pobreza de desenvolvimento devido ao crescimento das desigualdades nas grandes metrópoles e os graves impactos ambientais produzidos pela intensidade do crescimento; pela destruição do patrimônio cultural e ambiental; pela utilização de tipologias construtivas exógenas e, em muitos casos, de baixa densidade, pelo incremento do transporte rodoviário, etc. (2011).

A qualidade de vida tem se reduzido progressivamente. A forma da metrópole, em sua atitude devoradora de recursos ambientais, humanos e territoriais, e nos processos de urbanização acelerada que tem induzido, se encontra entre as principais responsáveis pela degradação ambiental do planeta, e, junto com o aumento populacional, é causador do crescimento exponencial das novas pobreza nas periferias de todo o mundo (2011).

Sob o fluxo da urbanização contemporânea, sobrevive, com uma grande atualidade, uma tradição de pensamento sociourbanístico “humanístico”, e, sobretudo, um riquíssimo patrimônio territorial, preparado para ser fecundado por novos atores sociais que dele queiram cuidar. Este processo está já em parte sucedendo ali onde é mais aguda a percepção da brecha entre crescimento econômico e bem estar. Na união entre patrimônio e energia inovadora, e na cultura da valorização dos recursos do ambiente humano por parte de seus habitantes, se encontra a chave estratégica para a autossustentabilidade da comunidade local (2011).

A partir da análise do esquema de territorialização proposto por Magnaghi (2001, p. 16) dentro do processo de TDR (territorialização, desterritorialização e reterritorialização) a nova civilização não redefine totalmente a organização territorial, pois algumas estruturas deixam de existir, outras surgem e algumas são conservadas e se consolidam nos ciclos seguintes. Estes sedimentos representam os traços da construção histórica do tipo territorial. Os sedimentos, que construíram a identidade dos lugares e podem ser identificados como patrimônio territorial, podem ser distinguidos por sua natureza e classificados em sedimentos cognitivos (ambiental e identitário) e materiais.

Para Magnaghi (2001), a preservação do patrimônio territorial enquanto ação de

resistência e salvaguarda não é suficiente para produzir uma nova territorialidade e inverter o processo de desterritorialização em curso e tendente à degradação territorial e ambiental. Essa valorização só será transformadora se houver a fusão do patrimônio e das energias culturais e sociais, aumentando o valor daquele para as gerações presentes e futuras. E este processo pode ser iniciado através de projetos e planos que interpretem o território não apenas como um simples suporte da atividade econômica, mas como um produtor de riquezas, que valoriza os recursos ambientais, urbanísticos e socioculturais locais.

2.2. A representação identitária como instrumento de identificação do patrimônio

O tema específico da pesquisa sobre a representação identitária desenvolvida pela Escola Territorialista Italiana aponta e desenvolve alguns dos temas que surgiram nas etapas anteriores do processo de pesquisa, e que vieram gradualmente para definir as características essenciais da abordagem territorialista para as questões de práticas de gestão do território. Esta abordagem leva a uma redefinição dos objetivos e práticas de planejamento na direção do desenvolvimento local autossustentável. O foco na representação identitária é motivado pelo fato de que o termo "local" destaca a ideia de fundar a produção de riqueza na exploração sustentável de peculiaridades patrimoniais específicas de cada lugar (MAGNAGHI, 2005).

No senso territorialista, o patrimônio territorial é um sistema de relações profundas no tempo entre ambiente físico (clima, flora, fauna, estrutura geohidromorfológica, sistema e neocossistema ambiental), o ambiente construído (persistência e longo prazo de estadias, tipos de prédio urbano e territorial, técnicas e materiais, a qualidade da massa de terra, as características da paisagem) e ambiente antrópico (modelos socioculturais, as peculiaridades linguísticas, as características do meio). O tratamento do patrimônio territorial, a fim de usar os valores como recursos, requer a construção de estruturas cognitivas que possam interpretar de forma integrada os três aspectos dos mesmos bens. O patrimônio do qual se fala, que começa a aparecer nos novos documentos do planejamento, torna-se acessível a partir da descrição do lugar (MAGNAGHI, 2005 e 2001).

Segundo Magnaghi (2005), os mapas do patrimônio territorial são formas de

representação identitária do território adotadas pela Escola Territorialista Italiana, como uma maneira de identificação do patrimônio de um determinado local. Os mapas, nas experiências italianas, geralmente, têm por objetivo construir e informar sobre a identidade do lugar, por meio da evidenciação do repertório de regras de conhecimento ambiental que construíram a identidade histórica à longo prazo.

Cada representação da realidade é uma seleção de elementos vistos para evidenciar aquilo que se intenciona representar. Na carta topográfica convencional a representação do território está sujeita aos princípios da geometria descritiva (MAGNAGHI, 2001).

Na aproximação territorialista é a pesquisa da qualidade específica do lugar que alimenta o rito de fundação de uma nova configuração da ocupação humana, que pode surgir do encontro entre a energia da sociedade local que reinterpreta ou reinventa a potencialidade futura do patrimônio territorial: é evidente em seguida que a interpretação, a descrição e a representação dos valores potenciais do patrimônio se tornam o objeto central do mapa (MAGNAGHI, 2001).

A representação da identidade dos lugares não é obtida simplesmente com um retorno mecânico aos sistemas de representação tradicional, nos quais muitas vezes com diversas projeções fora de escala se obtinha uma sugestiva mistura de grandeza ótica e geométrica, na tentativa pitoresca de colher a identidade de uma cidade ou de um território (MAGNAGHI, 2001).

A carta antiga sugere, entretanto, uma estrada possível: a construção de um sistema complexo de transmissão de conhecimento territorial, articulado, sobretudo, ao espectro da forma e dos meios de descrição, representação, comunicação e narrativa. Um sistema informativo territorial que contem a representação dos caracteres identitários e paisagísticos de longa duração, sedimentos materiais e cognitivos, persistências e permanências, invariantes estruturais; a representação dos sistemas ambientais, de sua estrutura e do seu funcionamento; a representação do *milieu* local, da sociedade local, dos seus modelos socioculturais e de seus atores (MAGNAGHI, 2001).

A descrição e a representação da identidade dos lugares é um percurso analítico complexo; isso pode se valer de aproximações perceptivas, holísticas: a imagem pictórica, a fotografia, a narrativa, a poesia, a biografia; pode articular-se na

descrição gramatical e sintática dos elementos que compõem a estrutura linguística da paisagem que se vê. Todavia, ao final de uma interpretação ativa, operante, da identidade de um lugar é necessário um procedimento de análise que permite interpretar o que se vê (ou, mais em geral, percebe-se, com os sentidos) como êxito complexo, estratificado, dinâmico de um processo histórico no qual se dá uma sucessão de processos coevolutivos entre sociedade instalada e ambiente (MAGNAGHI, 2001).

Para Magnaghi (2005), a representação sobre o patrimônio ambiental (água, bacias hidrográficas, identidade bioregional, redes ecológicas, habitats e eco mosaicos, biomassa, entre outros), o patrimônio territorial da paisagem (tipos morfológicos, figuras territoriais e da paisagem, estruturas e espaços de infraestrutura urbana, ruas, praças, portais, centralidade, tipos de relacionamentos e parcelas rurais agrícolas, florestas, colinas cultivadas, pastagens), o patrimônio socioeconômico (modelos socioculturais de longo prazo, ambiente socioeconômico, planejamento social, conhecimento e sabedoria contextuais) são feitos utilizando uma variedade de técnicas e habilidades: mapas ou representações visuais em geral, produtos textuais, arquivos, painéis multimídia e hipertexto.

A pesquisa sobre a representação identitária resulta na construção experimental do Atlas do patrimônio territorial, forma específica de interpretação e representação sintética das estruturas cognitivas que destacam os elementos constituintes dos depósitos territoriais. Os atlas propostos, em comparação aos atlas geográficos tradicionais têm uma informação seletiva e interpretativa contida nas estruturas de conhecimento territorial, uma vez que são projetados para representar os elementos complexos (e descrever as suas regras de formação histórica e de reprodução), que são considerados valores patrimoniais (e, portanto, os bens comuns) que podem ser tratados como recursos em projetos de transformação previstos para manter ou aumentar o valor (MAGNAGHI, 2005).

De acordo com Magnaghi (2005), o suposto valor patrimonial de um sistema territorial depende, em grande parte, da reinterpretção cultural local, da capacidade iniciativa e de *design* e inovação da sociedade local na transformação de recursos dentro de modelos de desenvolvimento durável, autossustentável e voltada para a produção de bem-estar.

O estudo do processo histórico de territorialização, essencial à definição da identidade de um lugar, por esse motivo, é uma narrativa de ciclos sucessivos da civilização nos quais se estrutura em uma determinada forma, através de atos territorializantes, a relação entre ocupação humana e ambiente; cada civilização, no seu processo de afirmação e ocupação, “deposita” estruturas de ocupação e culturais muitas das quais permanecem na longa duração; por esse motivo cada ciclo sucessivo de civilização não reporta o território à natureza originária, mas se alimenta em modos originais dos atos territorializantes do ciclo precedente reinterpretando-o e estruturando-o em forma diversa (MAGNAGHI, 2001).

As recentes contribuições disciplinares apostam na utilização da história em duas modalidades: a narrativa e a documental. A narrativa conta com o sistema de valores e do sentido atribuído pela civilização que produzem, e é aberta à dinâmica social. A modalidade documental dá conta da consistência material do patrimônio histórico herdado. Dentro desta perspectiva, adota-se, para a análise do patrimônio linhareense, a modalidade documental, descrita a seguir (POLI, 2001).

Esse recorte se justifica tendo em vista a diversidade e multiplicidade de fontes intrínsecas a modalidade narrativa de utilização da história; assim como pressupor pesquisa empírica junto a grupos sociais por meio de métodos como entrevistas e/ou questionários. Neste sentido entende-se ser essa investigação incompatível com a pesquisa em nível de dissertação de mestrado.

A modalidade documental põe em evidência, por meio do confronto de documentos cartográficos, os elementos de longa duração que permanecem estáveis no tempo, resistindo às transformações. O desenho é o mais possível “científico” e “objetivo” e recorre à representação métrico-euclidiana do espaço. As imagens produzidas têm por finalidade descrever a estrutura resistente, o “saldo histórico” de um território. Mesmo se os territórios mudam constantemente (o conceito de evolução histórica carrega em si o sentido da transformação), às vezes as conotações materiais permanecem no todo ou em parte. A representação documental enfatiza os grandes *pattern* (modelos) territoriais (estradas, ocupações, grandes estruturas de paisagem), nos quais é possível ler a estabilidade do território, expressa em sua configuração territorial. Estes elementos definem a estrutura de ocupação histórica, útil para interpretar o funcionamento do sistema ambiental e descrever a coevolução histórico-ambiental do território. A modalidade documental se concretiza na

descrição da identidade morfológica do lugar (POLI, 2001).

A representação documental não se ocupa tanto em explicar porque certa forma territorial se manifesta, mas deseja conhecer a regra histórica de construção do território, para compreender o modo de relação entre substrato e estrutura de ocupação. É necessário produzir os documentos que permitam reaprender as regras locais (as distâncias, a relação construído/não construído, as visuais, a relação com a estrada e assim por diante). Esse não obedece naturalmente ao domínio da *verità*¹⁴, mas da *utilità*¹⁵. Não se sabe se quem a construiu desejava fazer realmente assim. Sabe-se simplesmente que aquela estrutura resistiu por muitos anos às sucessivas transformações, atravessou muitos eventos ambientais e históricos: é uma estrutura de longa duração, uma estrutura resistente. As regras de ocupação da estrutura resistente são a revelação de uma grande obra de arte coletiva na qual se reencontra sabedoria e harmonia (POLI, 2001).

Segundo Poli (2001), os instrumentos privilegiados pela representação documental proveem da cartografia zenital ou aerofotogramétrica. Dificilmente estudos deste tipo se utilizam da cartografia histórica pré-geodésica, ou de documentos textuais ou literários. Estes trabalhos usam, normalmente:

- A cartografia oficial estatal (de 1:1.000.000 até a 1:25.000), regional e provincial (de 1:25.000 a 1:10.000) e comunal¹⁶ (de 1:5.000 a 1:1.000) para evidenciar a transformação do tecido de ocupação e da infraestruturação viária;
- A documentação cadastral – onde não compara o relevo, mas veem representadas as parcelas fundiárias – para evidenciar a transformação da trama do parcelamento;
- A documentação aerofotogramétrica, para evidenciar a transformação da trama paisagística.

De acordo com Poli (2001), esta documentação vem sendo utilizada por comparação entre cartografia de diversas datas com a intenção de evidenciar o sedimento histórico permanente e para estudar a modalidade de sedimentação e de transformação ocorrida no tempo. Individualizam-se quatro modalidades de descrição documental: a descrição das tipologias de ocupação, as comparações

¹⁴ *Verità*: verdade, em italiano

¹⁵ *Utilità*: utilidade, em italiano

¹⁶ Entende-se por estado a nação, região como região, província por município e comuna por cidade.

cadastrais, a decomposição dos quadros de ocupação, e a descrição holística. Nesta pesquisa, utiliza-se a comparação cadastral para a análise do território, já que a fonte adotada para a pesquisa se restringe a cartografia histórica levantada junto ao acervo de instituições de pesquisa e planejamento (ver Capítulo 3).

Quanto à descrição das tipologias de ocupação, seu uso geralmente é reservado à descrição do tecido urbano e edificado da cidade. Muito mais rara é a condição do recurso ao uso de tipologias para descrever territórios. Trata-se de uma descrição do território que é sentida novamente na origem arquitetônica da metodologia, e a descrição do tipo arquitetônico resulta em um esquema um pouco mais mecânico. Estudos recentes utilizam a metodologia tipológica em modos, mesmo que diversos, para descrever a forma histórica e atual do território (POLI, 2001).

Já as comparações cadastrais têm como propósito mostrar como as formas territoriais resultam de jogos complexos de interação e de adaptação recíproca entre substrato e estrutura de ocupação, que conferem uma riqueza morfológica peculiar. Estes estudos utilizam como instrumento essencial de trabalho a documentação gráfica e descritiva derivada do cadastro histórico (POLI, 2001).

A decomposição de quadros de ocupação evidencia o conectar das construções com porções de espaço aberto e com caminhos de comunicação e representa a configuração espacial de um território jogando sobre o desenho contínuo ou interrompido da trama viária.

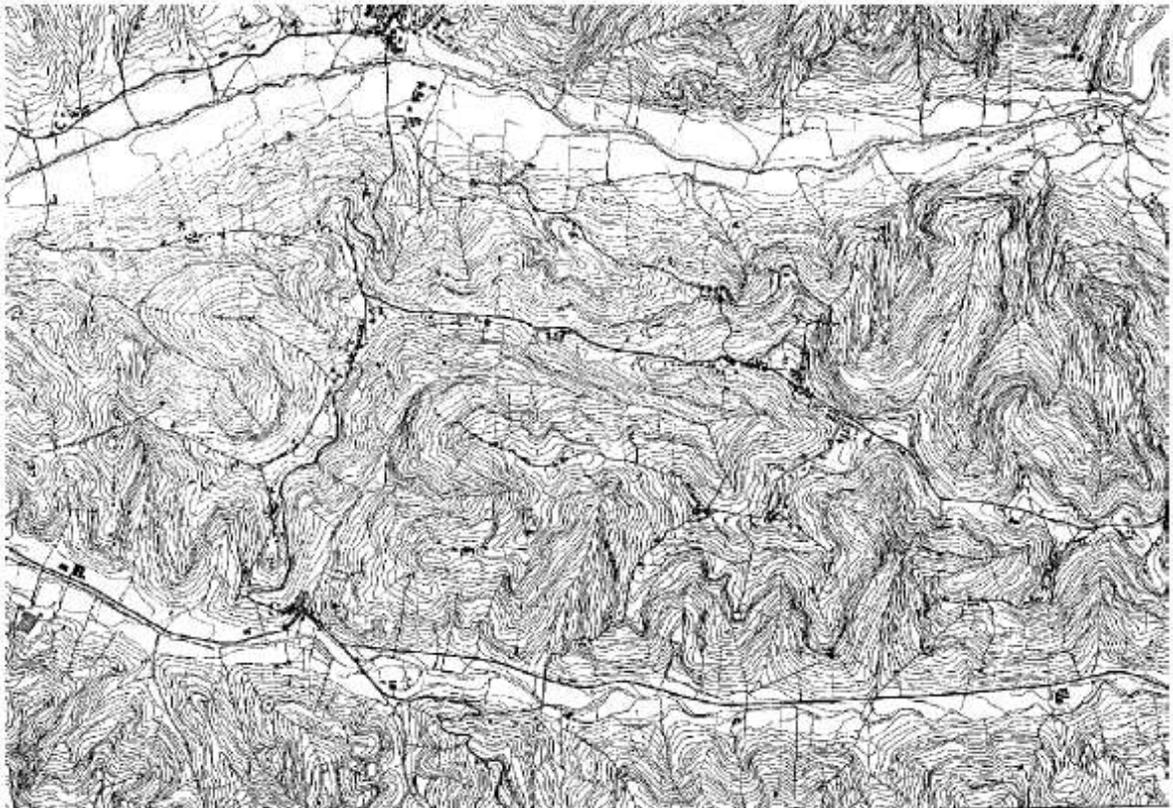
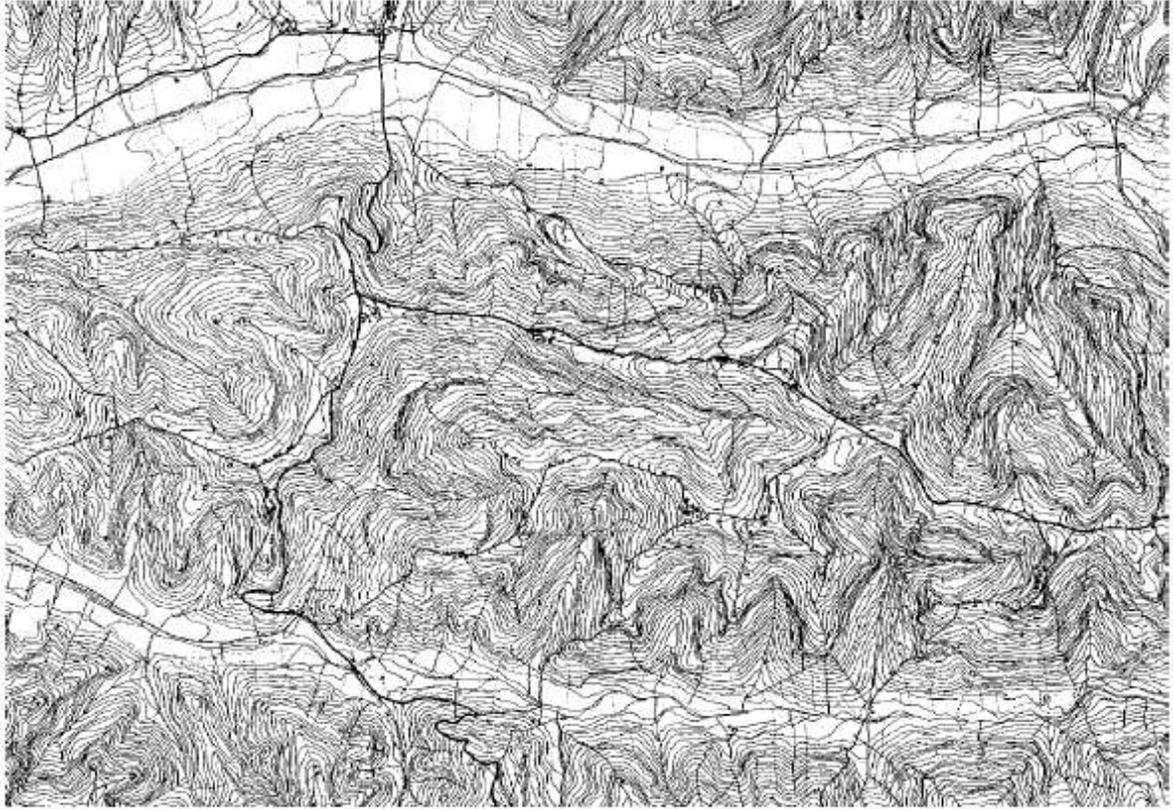
Na descrição holística a representação não desenha, portanto, um aspecto analítico (o saldo histórico ou a transformação da parcela), mas a personalidade global do território, que vem descrita através da seleção dos aspectos físicos, concretos e visíveis, derivados peculiarmente dos caracteres geográficos e das transformações históricas permanentes (POLI, 2001).

As transformações atuais consideram somente em mínima parte a trama das parcelas, ignorando não somente a orientação que essa imprimiu ao território, mas também todo o complexo de conhecimento que essa sintetiza. Essa, a pobreza visível de uma paisagem nascida casualmente sem seguir nenhuma ordenação, acompanha os perigosos desequilíbrios naturais que a negação da estrutura fundiária induz. A leitura desta geometria é a base de um projeto de transformação respeitosa dos equilíbrios naturais e daqueles históricos (POLI, 2001).

Segundo Poli (2001), pode-se definir uma modalidade de representação cartográfica com a finalidade de evidenciar a estrutura resistente. Abaixo se vê algumas temáticas de representação adotadas na primeira carta:

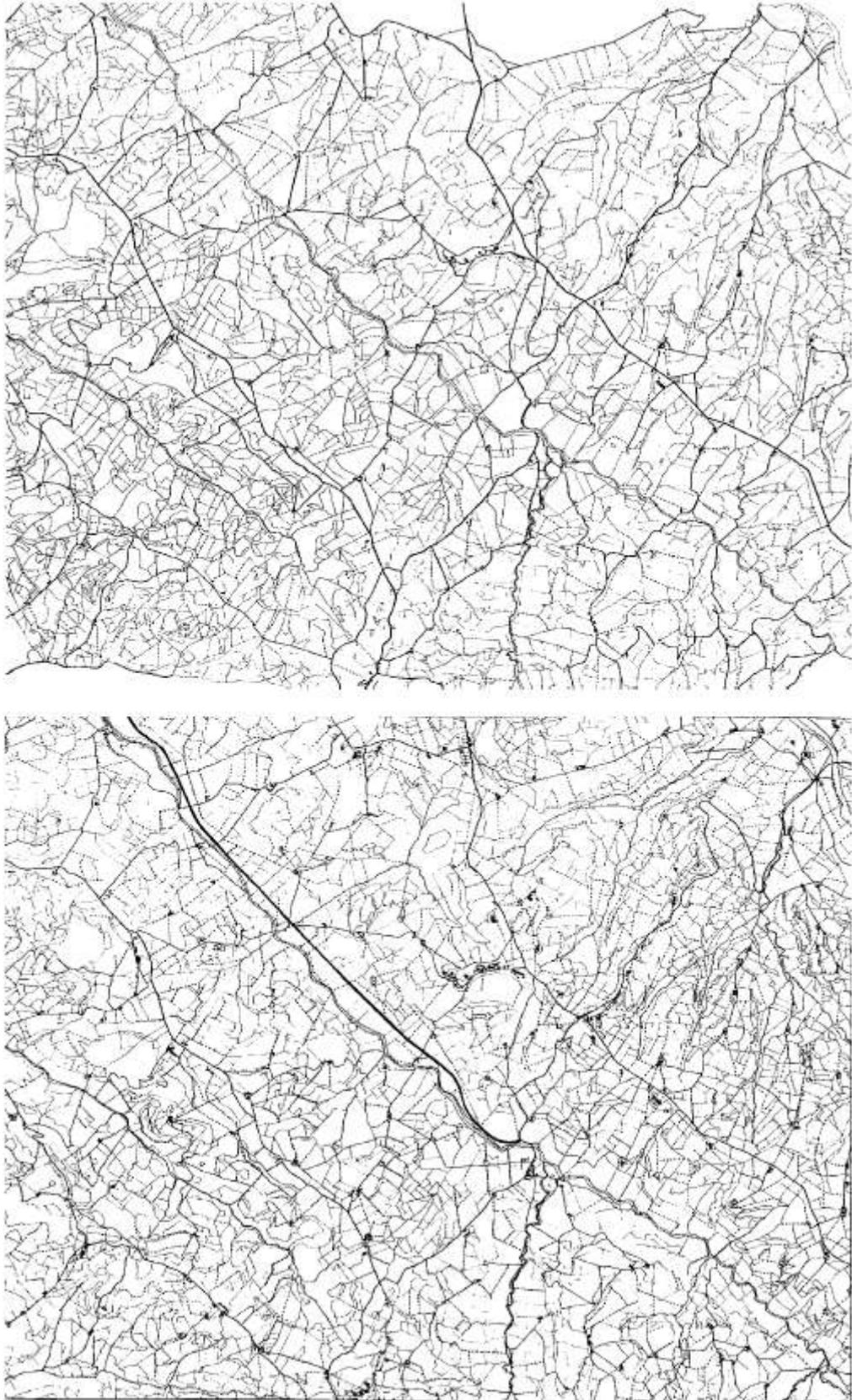
- a estrutura morfológica instalada (figura 02): o relevo - representado através das curvas de nível, a rede hidrográfica, a infraestrutura viária, as ocupações e a divisão agrária principal;
- a estrutura funcional (figura 03): a rede hidrográfica, a infraestrutura viária, as ocupações, e as parcelas;
- a trama paisagística (figura 04): o relevo – representado através do desenho do uso do solo que segue as curvas de nível e denota a morfologia do território, a rede hidrográfica, a infraestrutura viária, as ocupações e a divisão agrária.

Figura 02 - Estrutura morfológica instalada



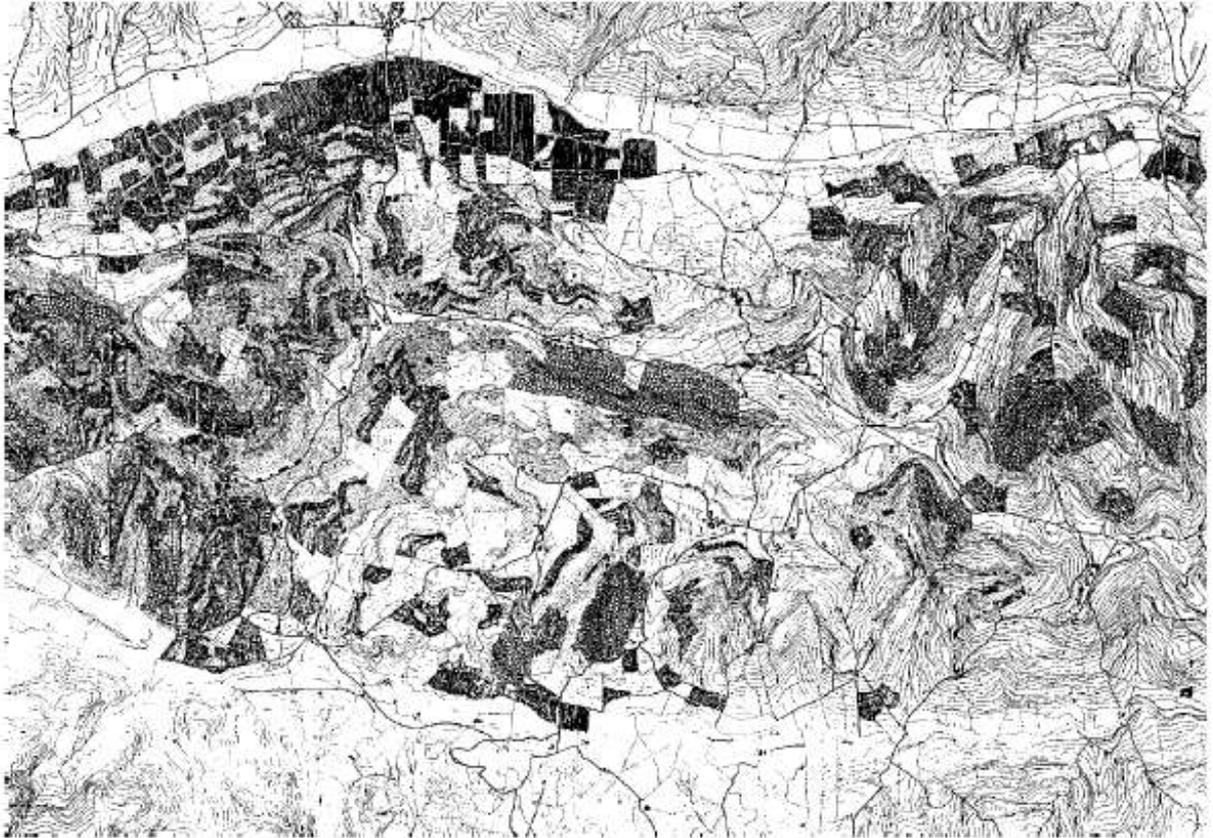
Fonte: Poli, 2001, p. 63

Figura 03 - Estrutura funcional



Fonte: Poli, 2001, p. 64

Figura 04 - Trama paisagística



Fonte: Poli, 2001, p. 65

De acordo com Poli (2001), o confronto entre as cópias de cartas permite individualizar os elementos históricos que permanecem na mudança. A representação de síntese mostra com traços marcantes, visivelmente mais escuros, os elementos que permanecem e que enraízam uma forma de ocupação; e com traços leves, visivelmente mais claros, os elementos recentes. A partir da comparação dos pares de camadas relacionais, obtém-se mais uma carta com as estruturas abaixo relacionadas:

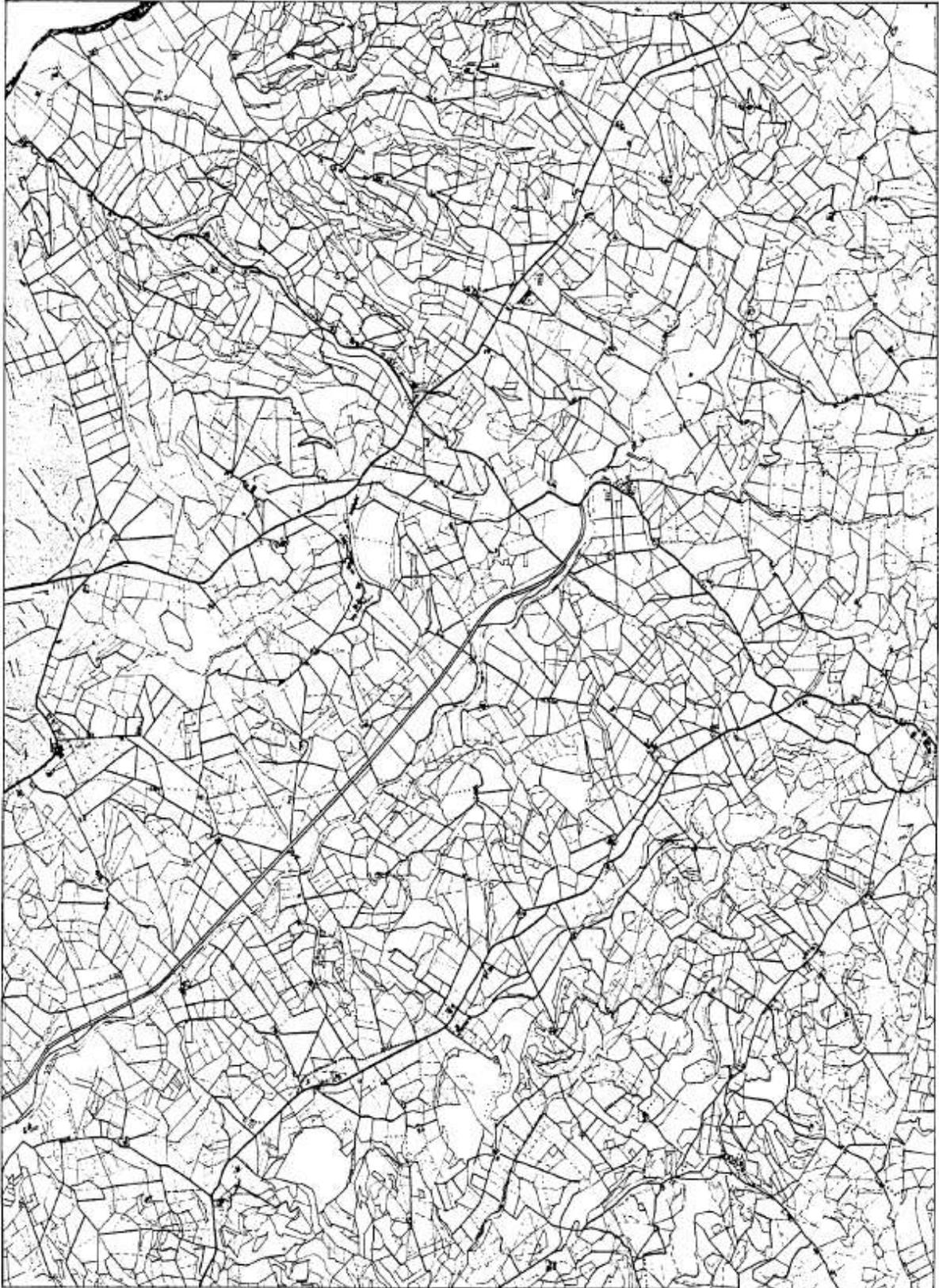
- a estrutura morfológica instalada resistente (figura 05);
- a estrutura funcional resistente (figura 06);
- a trama paisagística resistente (figura 07).

Figura 05 - Estrutura morfológica instalada resistente



Fonte: Poli, 2001, p. 66

Figura 06 - Estrutura funcional resistente



Fonte: Poli, 2001, p. 67

Figura 07 - Trama paisagística resistente



Fonte: Poli, 2001, p. 68

Estas duas cartas são um auxílio para evidenciar as linhas de força que construíram um território e que ainda podem ser um auxílio válido para a projeção futura.

Segundo Pardi (2001), tendo estabelecido um âmbito territorial de interesse, pode nascer o problema da relação entre o estudo cartográfico e a observação direta. Para ele o primeiro sem a segunda é triste, enquanto esta sem aquele é ingênua. Os traços, sinais, ou sedimentos, que no processo histórico construíram a identidade dos lugares, e podem ser reinterpretados como patrimônio territorial, são de duas naturezas: o sedimento cognitivo, que é dividido em sedimentos de sabedoria ambiental e sedimentos identitários, e os sedimentos materiais (MAGNAGHI, 2001).

-Sedimentos de sabedoria ambiental: Ex- Uso apropriado dos recursos hidrogeológicos e das fontes energéticas locais;

- Sedimentos identitários: Ex- Permanências linguísticas, étnicas, culturais e sociais;

-Sedimentos materiais: Ex- Formas e plantas tipológicas de ocupação urbana produzidos do diálogo constante com a identidade geomorfológica e ambiental.

A representação identitária como instrumento de identificação, interpretação e gestão dos recursos patrimoniais é abordada nesta pesquisa em uma de suas funções iniciais, o conhecimento do lugar, e particulariza-se na abordagem do patrimônio territorial do município de Linhares/ES (ALMEIDA *et al*,2013). Esta etapa refere-se, no esquema do processo analítico-projetual para o desenvolvimento local autossustentável (ver Figura 01, p.14), ao momento de reconhecimento do Patrimônio Territorial, fundamento para a elaboração do Estatuto do Lugar, e, ambos, base para a projeção do Cenário Estratégico, com vistas ao Desenvolvimento Local Autossustentável.

O objetivo é reconhecer elementos patrimoniais fortes o suficiente para constituírem representação identitária das coletividades sociais a eles referidos; e elaborar ensaio de representação identitária do território com vista à criação do atlas de preservação do patrimônio territorial de Linhares, utilizando as interfaces gráficas dos Sistemas de Informações Geográficas (SIGs, ou GIS, em inglês) (ALMEIDA *et al*,2013).

Segundo Almeida, Camara e Monteiro (2007), desde sempre a abstração da realidade urbana coexistiu com as atividades de planejamento de cidades sob a forma de mapas, maquetes, planos e modelos. No que diz respeito a representações da realidade urbana, o computador passa a ter destaque no fim dos anos 1950 e

início dos anos 1960. Os primeiros modelos computacionais se destinam ao planejamento de transportes das cidades americanas e, gradualmente, esses modelos ampliam seu escopo de atuação. No fim dos anos 1980, com os avanços em computação gráfica e a progressiva inserção de interfaces gráficas, os SIGs entram definitivamente em cena no âmbito dos estudos ambientais e ganham impulso ao longo dos anos 1990. Porém, somente mais recentemente, com o surgimento das imagens em satélite de alta resolução espacial, os SIGs passam a ter uma atuação mais marcante em problemáticas do ambiente urbano.

O estudo do ambiente urbano em meio digital representa uma extrapolação no processo de aquisição de conhecimentos, que, de outro modo, não é possível. Nesse novo cenário de representações do ambiente urbano, segundo Almeida, Camara e Monteiro (2007), o universo digital impõe novos paradigmas e novas concepções de espaço e tempo. Esse entendimento se aproxima à proposição de Santos (2001) de colocarmos o território no centro dos processos de decisão política e empresarial, ou seja, “reinterpretar a lição dos objetos que nos cercam e das ações que não podemos escapar”.

Pode-se usar criativamente o potencial das novas tecnologias para construir alternativas para o controle do desenvolvimento do território. Quando se usa a geoinformação para planejar o desenvolvimento urbano sustentável, por exemplo, está se realizando o que disse Santos (2001): “A memória olha para o passado. A nova consciência olha para o futuro. O espaço é um dado fundamental nesta descoberta”.

Recentemente os SIGs vêm sendo integrados aos estudos do patrimônio territorial da escola territorialista italiana. Segundo Lucchesi (2005, p. 28)

[...] A representação do território se constitui como instrumento de um relatório cognitivo e operacional, a imagem não tenta produzir uma cópia do objeto, mas treina uma atividade de redução de complexidade em respeito à massa de informações disponíveis, que se configura exatamente como a seleção de dados relevantes às intenções descritivas, ou seja, o modelo cognitivo escolhido.

A prática de representação identitária se fundamenta no papel do desenho para a

prática descritiva e projetual, e em sua função como aparato argumentativo e normativo. Esses são os pressupostos basilares para desdobramento do conhecer e do agir, duas funções essenciais que se referem à construção e à comunicação do conhecimento territorial, de natureza ampla: individualização e avaliação dos recursos do território, consistência morfológica dos fenômenos que constituem a cidade e a paisagem, avaliação crítica de seu modo de organização, e a compreensão das dinâmicas das transformações. Logo, a representação identitária é uma técnica de construção da imagem do território, sinteticamente fabulada por meio da observação, do desenho e da manipulação de software SIG (LUCCHESI, 2005).

2.3. O Atlas do patrimônio territorial

Segundo Poli (2001), a representação da identidade local é um processo complexo que envolve seja a população instalada, seja a interpretação de quem a descreve. A identidade não pode ser, portanto, descrita “objetivamente”, desvinculada do processo de identificação e apropriação. Mas, do ponto de vista particular de arquiteto do território, pode-se individualizar no contexto físico dos elementos subjetivos— identificação, pertencimento, interpretação – e dos elementos de identidade— os caracteres originais, os elementos histórico-ambientais resistentes. É possível, usando conscientemente esta dupla característica, descrever a história material de um território.

De acordo com Lucchesi (2005), na criação dos mapas do patrimônio territorial, a representação dos recursos é obtida através da simplificação dos sinais topográficos, apresentando então uma síntese de sua estrutura territorial, havendo uma redução de complexidade, pois não é uma cópia do território.

Como visto anteriormente, nos últimos anos tem-se registrado um crescimento forte dos instrumentos disponíveis para a produção de imagens do território, neste caso o uso da tecnologia SIG. É através deste recurso, adotado na Escola Territorialista Italiana, que se representa o patrimônio que constitui o território do município de Linhares/ES. Vale ressaltar, a complexidade dos estudos quanto ao nível de detalhamento das cartas da Escola Territorialista Italiana é proporcional aos anos de pesquisa acerca do assunto, bem como a cartografia histórica e atual existente das

regiões italianas estudadas, que diferem em larga escala da cartografia capixaba adotadas nesta pesquisa, sendo possível neste caso, uma representação com restrito detalhamento.

O uso da tecnologia SIG possibilita explicar com precisão a sequência de decisões tomadas durante as atividades de produção das imagens. Os procedimentos formais feitos obrigatoriamente pela natureza técnica do SIG subtraem a atividade de representar a área incerta de "sensibilidade" do intérprete (LUCCHESI, 2005).

Lucchesi (2005) propõe quatro fases para a criação do mapa do patrimônio, mas não necessariamente sucessivas:

- (1) A construção do arquivo de informação espacial;
- (2) Seleção das informações pertinentes no que se refere ao escopo da representação;
- (3) Identificação do (s) meio (s) de representação;
- (4) A construção do repertório de signos expressivos.

Segundo Lucchesi (2005), a atividade de construção da imagem do território parte evidentemente da disponibilidade de um arquivo de dados. Essa base de dados pode ser inteiramente construída, mas, frequentemente, no caso das imagens utilizadas pelas práticas do governo do território, o arquivo é para a integração de informações anteriormente disponíveis.

A informação disponível é selecionada em função das finalidades atribuídas ao mapa. A representação do território se constitui como instrumento de um relatório cognitivo e operacional, a imagem não tenta produzir uma cópia do objeto, mas treina uma atividade de redução de complexidade em respeito à massa de informações disponíveis, que se configura exatamente como a seleção de dados relevantes às intenções descritivas, ou seja, o modelo cognitivo escolhido (LUCCHESI, 2005).

Segundo Lucchesi (2005), as imagens do território se constroem também como instrumentos comunicativos. Deve ser possível determinar uma correspondência

entre a posição dos objetos e dos fenômenos no espaço real e a posição do desenho sobre o plano da superfície das imagens: tais correspondências vêm sendo estabelecidas por meio de um dispositivo de projeção.

Finalmente, de acordo com Lucchesi (2005), deve-se definir um signo de correspondência entre o objeto e o fenômeno real e o signo gráfico dos elementos das imagens: a informação vem "coberta" por meio do repertório gráfico a disposição do cartógrafo (símbolos pontuais, traços, texturas).

Cada uma das quatro fases descritas é sujeita a regras gerais que garantam: a possibilidade de interpretação das imagens e assuntos diversos do autor, a reprodução do processo de construção das imagens, a eventual reversão de tais processos. Tais regras são, normalmente, sujeitas a brechas usadas para melhorar a eficácia de informação e comunicação das imagens (LUCCHESI, 2005).

As informações colhidas estão, portanto, submetidas a estratégias de seleção destinadas a identificação das hierarquias qualitativas internas de indícios dos quais são disponíveis a informação espacial. O objetivo é examinar a topografia e articulá-la, colocando em evidencia os sinais que caracterizam a identidade de longo período de paisagem, e destacar a coerência das formas verticais da paisagem com o desenvolvimento do solo e as condições ambientais (LUCCHESI, 2005).

Para Lucchesi (2005), o mapa não é uma simples interface gráfica de um arquivo de dados espaciais. No esquema proposto, a primeira fase de trabalho (arquivamento das informações e seleção das informações pertinentes) pode, potencialmente, ser realizada sem uma interface gráfica. Ela está dividida em duas etapas (triagem e preparação de informações) em que a imagem se constitui como tal. Nesta primeira fase os dados produzem novas informações, não previstas nas duas fases anteriores. O dispositivo cartográfico tem, em si, estruturalmente, em virtude de sua natureza técnica e operacional, um poder de construção de conhecimento por meio de procura em fontes documentais. A justaposição dos sinais topográficos projetados produz informação original, não presente na base de dados pré-existente; a informação deriva das relações espaciais que são mostradas na tabela entre os sinais territoriais selecionados. Normalmente, ela é a relação que mostra visualmente o mapa dos sinais que permitem reconhecer a função estruturante de

alguns elementos.

Ainda segundo Lucchesi (2005), um componente importante do arquivo de informação topográfica se refere à disponibilidade da informação altimétrica, em todas as fases do esquema mencionado se constrói um modelo digital de terreno suficientemente preciso a partir dos pontos de quota e das curvas de níveis registradas no mapa técnico. A informação altimétrica é elaborada sucessivamente, por derivar uma série de coberturas temáticas relativas à morfologia do solo (como a delimitação de bacias hidrográficas), que dificilmente estão disponíveis no nível de precisão exigido no repertório do SIT (Sistema de Informação Territorial) institucional.

As estratégias de seleção de informações estão divididas em duas, segundo Lucchesi (2005): a primeira seleciona objetos topográficos que resistem ao tempo (percursos, cidade antiga, sinais de organização fundiária, entre outros), e a segunda apresenta objetos topográficos de diversa individualização morfológica, como: tramas agrícolas de planícies x tramas agrícolas de planaltos. Há também a utilização de documentação fotográfica e aerofotográfica como meio de seleção de informação.

Para Lucchesi (2005), a busca das figuras territoriais, entendidas como elementos de sinalização e relações que caracterizam a identidade dos lugares, parte da observação crítica da sobreposição entre as camadas topográficas e temáticas da avaliação fundamental das regras de identidade do arranjo dos assentamentos¹⁷ e lotes agrícolas para a natureza geológica e geomorfológica do solo.

A forma da representação gráfica tem um papel essencial na avaliação da eficácia interna dos mapas do patrimônio territorial, ou na capacidade do desenho de revelar a identidade dos assentamentos característicos locais. Os momentos de construção do desenho no sentido estrito (as fases de projeção e de investigação, no esquema anteriormente apresentado), devem ser considerados como fases essenciais da construção da informação original. Os mapas do patrimônio territorial utilizam uma estratégia de desenho que pode ser descrita em suas peculiaridades

¹⁷ Neste caso tem o sentido de ocupação humana.

na referência e em oposição às formas institucionais de exibição da topografia. Os mapas do patrimônio valorizam expressivamente os sinais de território aberto, revertendo uma relação, que se concentra em trabalhos técnicos e assentamentos urbanos institucionais. Através da representação gráfica, a informação geográfica torna-se propriamente conhecimento (LUCCHESI, 2005).

A evolução dos instrumentos de gestão do território atravessa uma fase de transição em que é possível individualizar alguns termos de discussão importantes a respeito das regras do papel dos mapas do patrimônio. A primeira questão diz respeito à necessidade de uma descrição fundamental de recursos e identidade territorial, para ser considerado como um ato constitutivo em relação à tomada de decisões sobre o plano e projeto. A segunda questão diz respeito à necessidade de que este processo ocorra através de uma interação aberta e transparente com o morador da comunidade, a fim de obter a capacidade de construir um "sentimento comum" no que diz respeito à identificação dos recursos e da identidade do território (LUCCHESI, 2005).

A identificação do patrimônio desencadeia um processo, onde especialistas do conhecimento que produzem o mapa, promovem a conscientização sobre a identidade territorial na comunidade habitante. Por sua vez o conhecimento comum, elaborado através de iniciativas de comunicação e trocas feitas internamente, alimentam as fases operacionais, nas quais a construção do mapa selecionam os recursos para os tornar um valor patrimonial compartilhado (LUCCHESI, 2005).

Segundo Lucchesi (2005), a imagem do patrimônio, construída também independentemente das conjunturas de planejamento institucional, pode se tornar o primeiro ato de criação de um estatuto, ou de um ato constitutivo socialmente compartilhado, que tem a autoridade para informar cada ato que regulamenta a valorização e crescimento do patrimônio.

Para Lucchesi (2005), de um ponto de vista técnico, na vontade de alcançar estes objetivos, podem ser resumidos alguns pontos-chave a serem considerados na construção do mapa do território. Devem tornar transparentes as fases operacionais de construção da imagem, circunscrevendo as intervenções autorais irreversíveis e explicando as opções de seleção feitas, no que diz respeito aos recursos territoriais.

Deve-se confiar em informações públicas fornecidas, validadas e disponíveis no SIT institucional, ao invés de promover ações de inovação no seu conteúdo. Finalmente, é necessário considerar os aspectos comunicativos uma questão estrutural, a ser abordada através da utilização de formas adequadas de expressão de comunicação com o público.

3. O PATRIMÔNIO TERRITORIAL NO MUNICÍPIO DE LINHARES/ES

3.1. A rede hídrica e sua representação identitária no município de Linhares/ES

Dentro da perspectiva de identificação do patrimônio territorial, escolhe-se o município de Linhares, no Estado do Espírito Santo, como objeto de estudo, por esse ser um município com intenso crescimento econômico, nos últimos anos, condição resultante da exploração das reservas de petróleo e gás natural, e da presença de um significativo patrimônio territorial. O município é particularizado pela presença da bacia hidrográfica do rio Doce, situada em território capixaba na região centro-norte e de abrangência interestadual (Espírito Santo e Minas Gerais), relevante pela dimensão ambiental a ela circunscrita e pela importância da mesma a contextos históricos de ocupação. Nesta pesquisa empírica, o estudo do patrimônio ambiental se atém a uma aproximação de caráter técnico, não envolvendo, portanto, estudos junto à comunidade do município de Linhares, ou seja, não se dá com o envolvimento participativo do quadro social local.

O município possui 3504,137 km², sendo o maior em extensão territorial e litorânea do Espírito Santo, com população residente igual a 157.814 habitantes¹⁸; e limita-se ao norte com os municípios de Governador Lindenberg, Rio Bananal, Sooretama, Jaguaré e São Mateus, ao sul com Aracruz, a oeste com Marilândia, Colatina e João Neiva e a leste com o oceano Atlântico (figura 08).

Figura 08-Linhares e seus limites administrativos



Fonte: INCAPER, 2013

¹⁸ POPULAÇÃO ESTIMADA EM 2013. A população do município é igual a 141.306 habitantes em 2010. Fonte: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=320320&search=espirito-santo|linhares>

Cortado pelo rio Doce, cuja foz se encontra na vila de Regência, o município de Linhares possui o maior complexo lacustre do Sudeste brasileiro (figura 09), com 69 (sessenta e nove) lagoas, dentre as quais se destaca a lagoa Juparanã, sendo a segunda maior do Brasil em volume d'água.

Figura 09-Vista aérea da área urbana do município de Linhares



Fonte: Belquior, 2013

Além disso, no município estão localizadas: a Reserva biológica de Sooretama (Resultado da união da Reserva Florestal Estadual de Barra Seca com o Parque de Refúgio de Animais Silvestres Sooretama, abrange o território dos municípios de Linhares, Jaguaré e Sooretama. Criada pelo decreto 87588 de 20/09/1982 é administrada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis através do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza); a Reserva Natural da Vale do rio Doce (pelo seu estado de preservação e conservação das características ecossistêmicas, recebe em dezembro de 1999 da UNESCO o reconhecimento como Sítio do Patrimônio Mundial Natural da Costa do Descobrimento, possui uma área de 22.000 ha); a Floresta Nacional de Goitacazes (a maior floresta urbana do Espírito Santo, e a terceira maior em extensão do Brasil,

com 1,3 mil hectares de vegetação. Sua administração é a nível federal e está a cargo do Instituto Chico Mendes de Conservação da biodiversidade- ICMBio); a Reserva Biológica de Comboyos (criada em 1984, pelo Governo Federal, para preservar a fauna, a flora e a desova de tartarugas marinhas, com área de 833 hectares, é o único ponto conhecido de concentração de desovas da Tartaruga Gigante [*Dermochelys coriacea*]. Sua administração é a nível federal e está a cargo do ICMBio); e a Unidade Municipal de Conservação de Degredo (em fase de regulamentação, não é mapeada neste trabalho). Possui, ainda, em seu litoral, a Vila de Regência (fundada como quartel em 1863, pelo então governador da província; hoje abriga o antigo farol do rio Doce, construído em 1895) e a Vila de Povoação, ambas constituintes de seu patrimônio territorial.

Após a identificação dos bens tombados pelo Conselho Estadual de Cultura, pertencentes ao município de Linhares, tem-se uma análise histórica do surgimento e desenvolvimento do município, com a intenção de embasar os estudos subsequentes para a preservação de seu patrimônio territorial.

Em uma análise histórica, o povoado de Linhares começa a ser ocupado quando, em 1800, é criado o quartel militar de Coutins, com a finalidade de conferir segurança ao tráfego do ouro de Minas Gerais, e iniciar a ocupação das margens do rio Doce, no Espírito Santo. Nesse momento, o rio é de vital importância para o povoado, por ser a única forma de acesso ao local (LIRA, 2009).

Segundo Lira (2009), as iniciativas de ocupação do território promovem apenas mudanças pontuais, não sendo de grande importância para o povoado. Isso fica evidente quando, em 1906, uma estrada de ferro é implantada no Estado, a ferrovia Diamantina, passando pelo município de Colatina, tornando-o o mais promissor do norte do Estado. Com o transporte ferroviário, a navegação fluvial é drasticamente reduzida, situação responsável pelo retardo do crescimento de Linhares.

Neste momento, a cidade se situa às margens do rio Doce, em torno de uma praça de forma quadrada (atual Praça 22 de Agosto), que guarda até hoje seu traçado original. O primeiro ciclo de desenvolvimento de Linhares, que abrange sua articulação regional, começa com o plantio sistemático do cacau às margens do rio Doce. Esta iniciativa parte do então governador Bernardino Monteiro e de seu secretário Nestor Gomes, no ano de 1917, quando promovem a doação de terras e

mudas da planta, estimulando a vinda de fazendeiros do sul da Bahia, que já cultivavam cacau (LIRA, 2009).

De meados do século XIX até a década de 1950, os ciclos econômicos do Estado do Espírito Santo estão ligados à produção de café. A economia de Linhares tem um ciclo semelhante ao do Estado do Espírito Santo, passando de um perfil predominantemente agrícola para um perfil industrial (LIRA, 2009).

Durante a década de 1940, com o aumento do plantio de cacau e a elevação do preço das amêndoas do mesmo, finalmente Linhares desenvolve sua economia, contribuindo para sua emancipação e desligamento de Colatina, em 1943 (LIRA, 2009). Nesse período, a cidade, que está concentrada ao redor da atual praça 22 de Agosto, e ao longo da rua da Conceição e da avenida João Felipe Calmon, começa sua expansão para outros bairros da cidade (LIRA, 2009).

De acordo com Lira (2009), o segundo ciclo de desenvolvimento do município de Linhares, de caráter nacional, tem início com o progresso técnico da agropecuária, impulsionado com a inauguração da ponte Getúlio Vargas em 1954, que passa a articular o norte e o sul do país pela BR-101, até então separados pelo rio Doce no território do Espírito Santo.

Entre as condições econômicas que favorecem a integração de Linhares às outras regiões do Brasil, se destacam as políticas de modernização do campo, políticas essas que contribuí para a incorporação de progresso técnico às atividades agropecuárias e a implantação de novas culturas no município, como o café, o mamão e a cana-de-açúcar. A partir daí a economia local tem uma propulsão com a implantação de agroindústrias e com a intensificação da pecuária na década de 1960 (LIRA, 2009).

Nos anos de 1970, dois fatores influenciam a ocupação urbana na cidade de Linhares: o aumento da população de Linhares, de 92.329 para 123.168 habitantes; e a pavimentação da BR-101. Associados, eles resultam no direcionamento e na concentração da área edificada da cidade para as margens da rodovia (LIRA, 2009).

O terceiro ciclo de desenvolvimento de Linhares, responsável por sua integração à economia mundial, se inicia na década de 1990, com a ampliação do setor de comércio e serviços, e, principalmente, do setor industrial. Esse processo se fortalece quando o município passa a fazer parte da área de abrangência da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1998, condição responsável pela ampliação de seu polo moveleiro, de suas indústrias metal-mecânicas, e de suas agroindústrias (LIRA, 2009).

Dentro do âmbito econômico o município de Linhares desponta a partir dos anos 1990, como um grande polo de desenvolvimento econômico e social do Espírito Santo, apresentando vantagens competitivas, logística privilegiada, entre outros atrativos; conferindo ao município um importante cenário para atração de investimentos. A partir dos anos 2000, o município atrai para o seu território alguns dos mais importantes empreendimentos industriais instalados no Espírito Santo: a multinacional Weg Motores, a Brandão Metalúrgica S/A (Brametal), a Perfilados Rio Doce e a Indústria de Sucos Mais. Houve também a implantação de agroindústrias, como a Ducoco e a TropFruit, e empresas como a Imetame, de beneficiamento de rochas ornamentais. O polo moveleiro consolida-se como um dos mais importantes do Brasil, projetando Linhares em nível nacional e internacional. A agricultura e a pecuária são de extrema importância para a economia local. Hoje, o município é o maior exportador brasileiro de mamão papaya, principalmente para os mercados consumidores da Europa e dos Estados Unidos.

O município destaca-se ainda como grande produtor de petróleo e gás natural. As jazidas exploradas pela Petrobrás em território linharenses colocam o município na vanguarda do setor energético nacional e ajuda a colocar Linhares num patamar de 2º lugar na distribuição de *royalties* no Estado (2008), com 18,7% do total de *royalties* do Espírito Santo. A implantação da Unidade de Tratamento de Gás de Cacimbas (UTGC) exige um investimento no total de US\$ 2,6 bilhões (previsto), empregando 3.200 pessoas. Estima-se uma produção, até 2013 de 70 milhões de m³ de gás/dia (PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES, 2012).

Dentre os investimentos que estão sendo implantados no município, destacam-se a construção de nova pista e pátio de manobra do Aeroporto Regional de Linhares, com investimento de 32 milhões de reais. No setor imobiliário se destaca o *Living*

Prima Città, da construtora Lorenge, que consiste em um condomínio clube, hotel internacional, centro empresarial e shopping Center, sendo o último inaugurado no ano de 2013. Outro investimento que se destaca é o *Laguna Center*, o maior empreendimento de salas comerciais da região: consiste em 180 salas comerciais e 42 lojas, com obras em andamento. Ainda no setor imobiliário, tem sido construídos diversos condomínios residenciais, um de grande destaque é o Terras Alphaville Linhares com área total igual a 712.547,29 m² a margem da lagoa das Piabas e da lagoa do Meio¹⁹.

Tendo como base a história do município de Linhares para a identificação de seu patrimônio (ressaltando, porém, que a dimensão histórica é de pouca relevância frente ao destaque dos aspectos geohidromorfológicos em relação à área de ocupação urbana), realiza-se a identificação e seleção de cartografia através de pesquisa de cartografia histórica nas seguintes mapotecas: Arquivo Público do Espírito Santo, IDAF (Instituto de defesa agropecuária e florestal do ES), IJSN (Instituto Jones dos Santos Neves), bem como nos arquivos digitais do Arquivo Histórico do Exército (AHEx), do Arquivo da Biblioteca Nacional, PORTUGALIE Monumenta Cartográfica e do livro *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*. São selecionadas e catalogadas cartografias que retratam o município e/ou a área urbana de Linhares, e abrangem o período de 1616 a 1990. A maior parte dos mapas é fotografada, por não haver equipamento adequado para a reprodução dos mesmos nos arquivos, conferindo uma baixa qualidade de reprodução, pois muitos destes possuem grande dimensão, o que dificulta a reprodução fotográfica.

Após a seleção das cartografias as mesmas são organizadas em uma ficha (figura 10) com uma breve identificação do mapa contendo: legenda apresentada no mapa, ano de execução da cartografia, autor, sua dimensão, escala, sua localização no acervo e uma pequena descrição do mesmo, apresentando seu nível de detalhamento, abrangência, nitidez da informação e seu estado de conservação. A figura 10 apresenta a ficha do inventário que também destaca uma imagem do mapa catalogado.

¹⁹ <http://www.alphaville.com.br/portal/terrasalphavillelinhares/projeto>

Figura 10-Ficha de catalogação da cartografia histórica (modelo)

Identificação	Imagem do mapa
<p>Legenda: Perspectiva da povoação de Linhares. Ano de 1819.</p> <p>Autor: -</p> <p>Ano: 1819</p> <p>Dimensão: -</p> <p>Escala: -</p> <p>Acervo: livro – <i>Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial</i>- Nestor Goulart Reis. Fonte: original manuscrito da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.</p>	
<p>Conteúdo</p> <p>A povoação de Linhares foi uma das últimas a serem elevadas à condição de vila, antes da Independência. Nessa vista a vila de pássaro, vê-se a grande praça com a igreja e as casas ao seu redor. A igreja, com duas torres, mostra uma prosperidade acima dos padrões das aldeias dessa época (Nestor Goulart Reis). Enfase no rio Doce e nas lagoas.</p> <p>A informação não é nítida, a abrangência é restrita e o detalhamento é amplo.</p> <p>Conservação: Boa</p>	

Fonte: Elaborada pelo autor

Quanto à área de abrangência, classificam-se as cartografias em abrangência restrita (mapas cuja representação refere-se apenas a uma pequena extensão do território), abrangência suficiente (mapas cuja representação refere-se a toda ou grande parte do Espírito Santo) e abrangência ampla (mapas cuja representação refere-se às áreas do Estado e dos estados limítrofes).

Quanto ao nível de detalhamento, são listados diversos elementos que compõem os mapas: diversidade de elementos, identificação e representação dos mesmos. A estes elementos são atribuídas suas características e, com base nelas, faz-se a classificação dos mapas.

Para a classificação quanto ao nível de detalhamento da cartografia é feita a classificação dos elementos e identificados os tipos de detalhamento de acordo com a recorrência dos mesmos. Os elementos são divididos em elementos geográficos (curvas de nível, cursos d'água, ilhas, morros), elementos históricos (núcleos de povoamento, regiões que referenciam a origem dos proprietários, edifícios, parcelamento do solo, condição de posse de terra), e elementos de infraestrutura (estradas, pontes, portos, rede de comunicação).

Quanto ao detalhamento, o mesmo é classificado em detalhamento restrito, por apresentar apenas elementos geográficos (cursos d'água) e elementos históricos (núcleos de povoamento, parcelamento do solo, condição de posse de terra); detalhamento suficiente, por apresentar elementos geográficos (cursos d'água, morro), elementos históricos (núcleos de povoamento, parcelamento do solo, condição de posse de terra), elementos da infraestrutura (estradas), identificação dos elementos; e detalhamento amplo, por apresentar elementos geográficos (curvas de nível, cursos d'água, ilhas, morros), elementos históricos (núcleos de povoamento, regiões que referenciam a origem dos proprietários, edifícios, parcelamento do solo, condição de posse de terra), elementos da infraestrutura (estradas, pontes, portos, rede de comunicação), identificação dos elementos (nominação e numeração), e representação dos elementos (uso de cor e formas do desenho).

A condição de conservação do suporte é classificada em boa, regular ou ruim. A conservação é considerada boa quando o mapa apresentar pouca ou nenhuma alteração que comprometa a integridade física do suporte, permitindo assim fácil manipulação deste em estudo e compreensão do conteúdo. É considerada regular quando o mapa apresentar considerável alteração física do suporte, anotação posterior, estiver incompleto quanto à sua informação ou apresentar significativos sinais de deterioração, contudo, ainda for possível fazer uma leitura do mapa em sua totalidade. É considerada ruim quando o mapa apresentar avançado estado de decomposição de seu suporte estiver bastante incompleto quanto à sua informação, condição que dificulta ou impossibilita sua leitura.

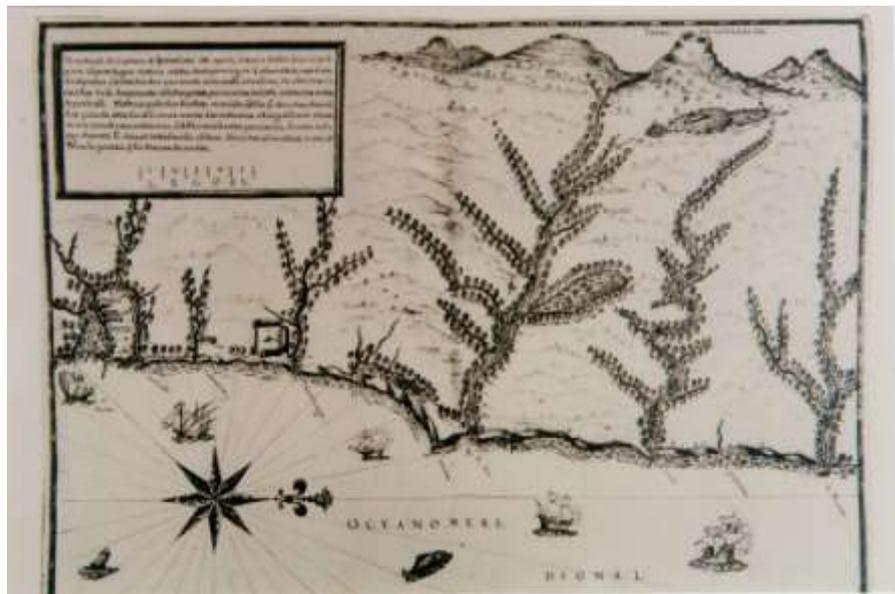
Na etapa seguinte, são feitos ensaios de representação identitária do território, através de mapas que representem o patrimônio territorial de Linhares, com vista à elaboração do atlas de preservação do patrimônio territorial, como se pode ver no subitem a seguir.

A partir da seleção da base cartográfica existente referente ao município de Linhares, totalizando 48 (quarenta e oito) cartografias (ver Anexo I), pode-se identificar previamente o papel da rede hídrica como elemento de identidade do município de Linhares, com vista a um processo de planejamento e gestão territorial.

Dentre estas, no período compreendido entre 1616 e 1990 (séculos XVII e XX), 06 (seis) se destacam por sua representatividade, ao diferenciar-se pela abrangência territorial da representação, pelo nível de detalhamento. Para efeito da análise, as mesmas são agrupadas segundo três momentos: século XVII, século XIX, e século XX.

No primeiro momento, tem-se uma cartografia datada de 1616 (figura 11), que apresenta a “ponta” do rio Doce dentro do litoral da capitania do Espírito Santo. Nela o foco da representação são os elementos do sítio físico (elementos naturais) – relevo e hidrografia, inexistindo qualquer referência a assentamento/artefato humano.

Figura 11-Mapa de 1616 apresentando parte do litoral do estado do Espírito Santo, o rio Doce e possivelmente a lagoa Juparanã, em um dos braços do rio

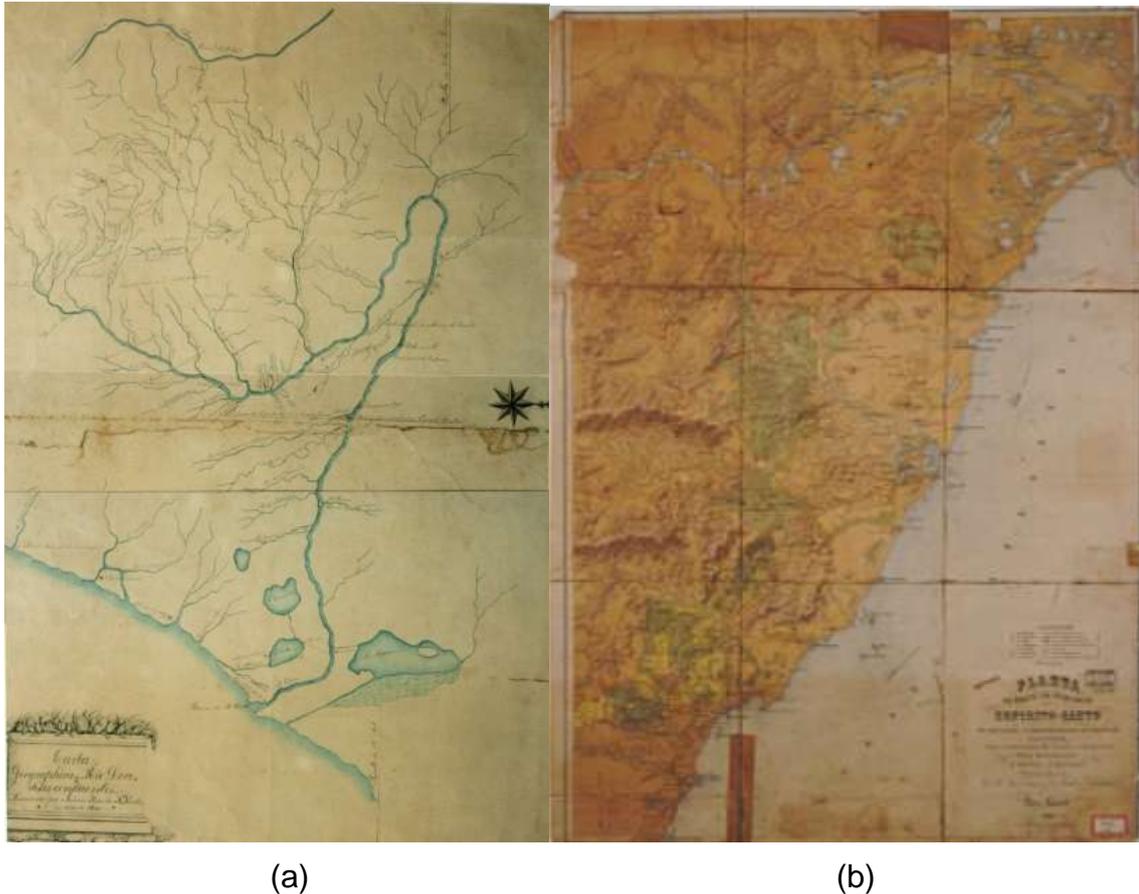


Fonte: Portugalie,1966

No segundo, duas cartografias se destacam. Uma por ser a primeira a indicar o povoamento de Linhares, a *Carta Geográfica do rio Doce e seus Confluentes*, levantada por Antônio Pires da S. Pontes, no ano de 1800. Essa apresenta a bacia do rio Doce, com destaque para as lagoas e povoados; a divisão entre as capitanias do Espírito Santo e Minas Gerais; e, ao norte o canal de *El Rei*. A carta permite compreender a suma importância de sua rede hídrica e, em contraposição, a restrita importância do povoado de Linhares no contexto da colonização da província do Espírito Santo. Outra por apresentar as colônias existentes à época, bem como os

terrenos de particulares, as terras publicas colônias, as estradas de ferro, estradas e linhas teleféricas. Apresenta o nome dos principais rios e lagoas existentes na província, uma cartografia que mostra o rio Doce, a “Villa” de Linhares e os povoados de Regência e Povoação, datada 1878 (figura 12a e 12b).

Figura 12-(a) Carta Geográfica do rio Doce e seus Confluentes, 1800. (b) Planta da parte da província do Espírito Santo, 1878



(a) (b)
Fonte: Pontes (1800); Cintra e Rivierre (1878)

No terceiro momento, tem-se um mapa de 1935, apresentando as rodovias do Estado do Espírito Santo à época, e o município de Linhares; a Carta do Brasil, de 1979, apresentando a área urbana da sede de Linhares, com destaque para a dimensão dos corpos hídricos; e o Mapa Imagem do Município de Linhares, representa trecho do município por meio de imagem de satélite datada de 1990 (Figura 13a, 13b e 13c).

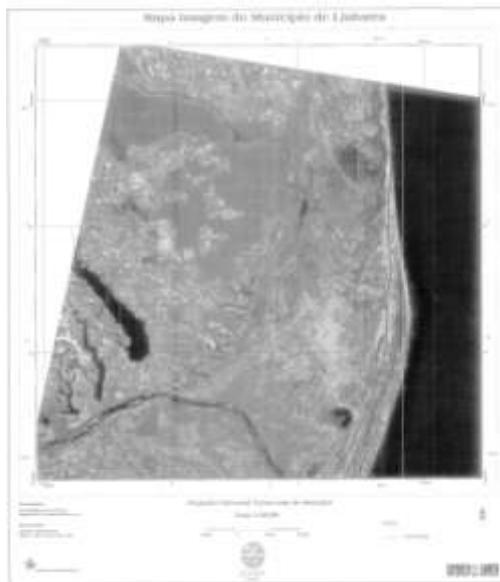
Figura 13- (a) *Mapa rodoviário do Estado do Espírito Santo, 1935.* b) *Carta do Brasil (Linhares), 1979.* (c) *Mapa Imagem do Município de Linhares, 1990*



(a)



(b)



(c)

Fonte: Espírito Santo (1935) , Secretaria de Planejamento da Presidência da República- IBGE (1979), Laboratório de geoprocessamento- SEAMA (1990)

Como resultado da análise dos documentos pesquisados, apresenta-se em sequência o mapeamento do patrimônio territorial do município de Linhares, através da cartografia histórica, no início do século XXI. A rede hídrica domina. No primeiro momento ela é o foco, no segundo acresce-se a indicação de assentamentos humanos, e no terceiro, há uma ampliação tipológica dos elementos representados

(rodovias, ferrovias, edifícios), mas a rede hídrica se mantém como elemento de maior destaque, estruturando a imagem do território.

De posse do mapeamento do material do município de Linhares é elaborado ensaio de representação identitária do território para futura organização de atlas do patrimônio territorial da área-sede do município, totalizando 07 (sete) mapas, que em sua maioria apresenta a rede hídrica como elemento de identidade mais marcante em Linhares.

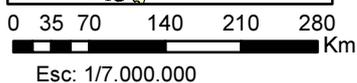
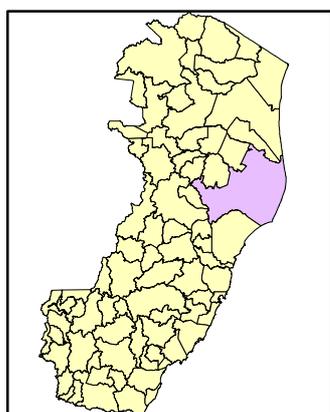
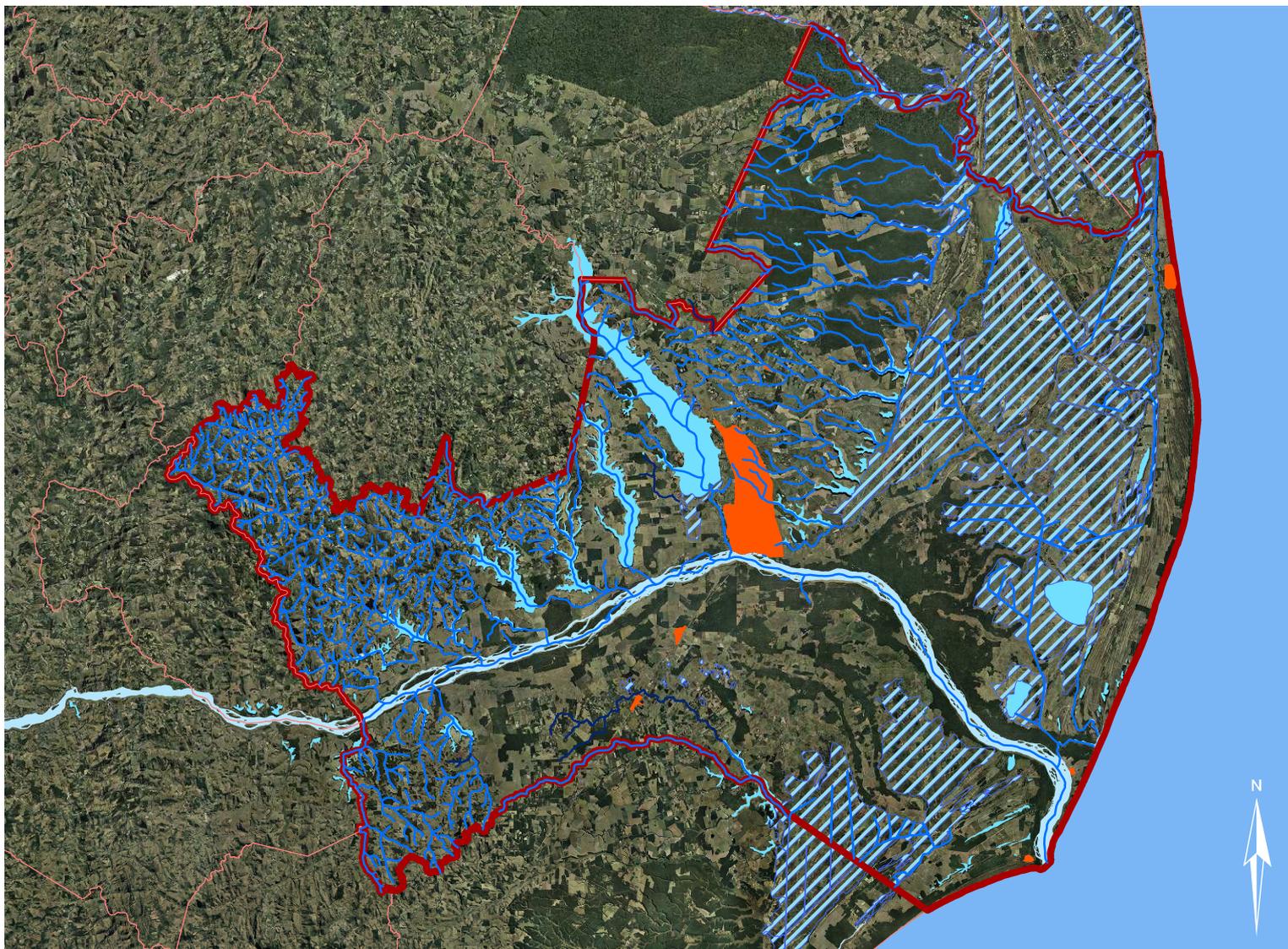
O primeiro mapa diz respeito à totalidade de Massas de água existentes no município, incluindo lagoas, rios e córregos de regime intermitente e permanente, áreas alagadas e o oceano Atlântico, todas classificadas dentro da categoria físico-geográfica do território, de acordo com Guerra (1993); apresenta também as manchas urbanas do município de Linhares. Já o segundo e o terceiro mapa apresentam as massas de água que são representadas nas cartografias do século XVII e XIX, que ainda constituem parte do patrimônio territorial de Linhares.

O quarto mapa apresenta as áreas urbanas que fazem parte do município de Linhares e que são representadas nas cartografias históricas estudadas, a saber, Regência, Povoação e Linhares (sede). O quinto mapa indica a área do centro histórico dentro da área sede do município que aparece na perspectiva da povoação de Linhares, cartografia histórica datada de 1819. Já o sexto mapa apresenta a evolução urbana na sede municipal, datada pelos períodos de maior crescimento da área urbana: 1800, 1930, 1950, 1960, 1970, 1980 e 1990. O sétimo mapa, de uso do solo, representa o afloramento, alagado, cultura, floresta, manguezal, mineração, pastagem, praia, restinga, silvicultura, urbano e água.

Os mapas levantados identificam que o patrimônio de Linhares retratado desde o século XVII, tem como destaque a questão ambiental, com exceção da Perspectiva da Povoação de Linhares, datada de 1819, em que aparece o primeiro núcleo urbano do município. Vê-se, portanto, que os mapas de análise do patrimônio retratam recorrentemente o rio Doce e as lagoas, e que o patrimônio histórico urbano não se sobressai frente ao território, mas não deixa de ser importante para o patrimônio de Linhares.

Nessa representação, é possível identificar, no sistema paisagístico-territorial de Linhares, a dominância absoluta da rede hídrica como elemento de singularidade. Aí, o rio Doce é o elemento de articulação leste-oeste, entre o oceano e lagoas. Situadas predominantemente em território acima da margem esquerda do curso do rio e dispostas em diagonal, as lagoas desempenham papel estruturante, a partir da Lagoa Juparanã, a maior delas, em volume d' água. A seguir, tem-se o conjunto de mapas constituintes do Atlas do patrimônio territorial do município de Linhares.

Mapa 01: Massa de água do município de Linhares



Legenda:

Limite municipal

-  OUTROS MUNICÍPIOS
-  LINHARES

Mancha urbana

-  LINHARES

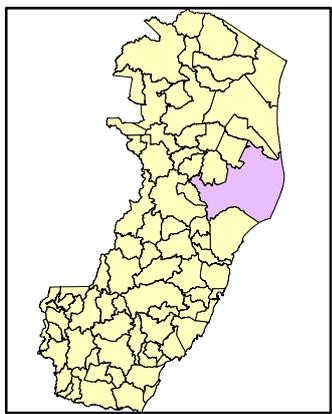
Massa de água

-  Lagoa
-  Oceano
-  Rio
-  Alagados
-  Regime intermitente
-  Regime permanente

Mapa 02: Massas de água apresentadas em cartografia datada de 1616 a 1642 do município de Linhares



0 3,5 7 14 21 28 Km
Esc: 1/550.000

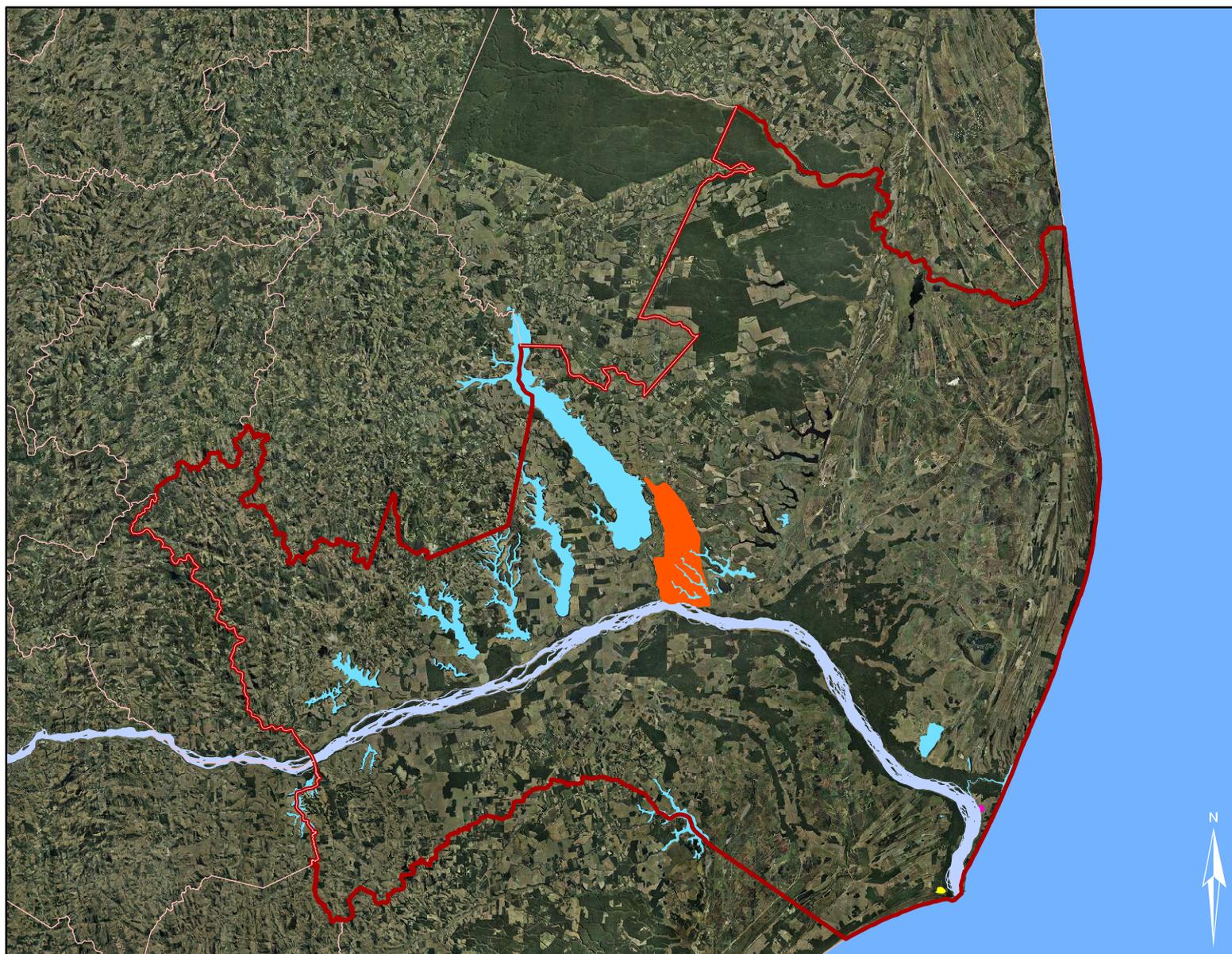


0 35 70 140 210 280 Km
Esc: 1/7.000.000

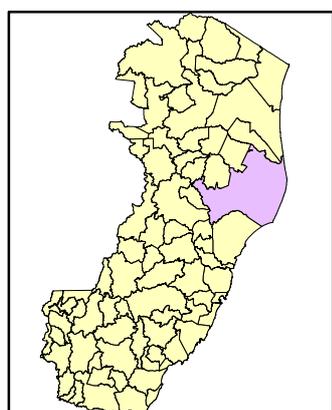
Legenda:

- Limites municipais**
 - OUTROS MUNICÍPIOS
 - LINHARES
- Massas de água**
 - OCEANO ATLÂNTICO
 - RIO DOCE
 - LAGOA JUPARANÃ

Mapa 03: Massas de água apresentadas em cartografia datada de 1800 a 1899 do município de Linhares



0 4 8 16 24 32
Km
Esc: 1/550.000



0 35 70 140 210 280
Km

Esc: 1/7.000.000

Legenda:

LIMITE MUNICIPAL

- OUTROS MUNICÍPIOS
- LINHARES

MANCHA URBANA

- LINHARES
- POVOAÇÃO
- REGÊNCIA

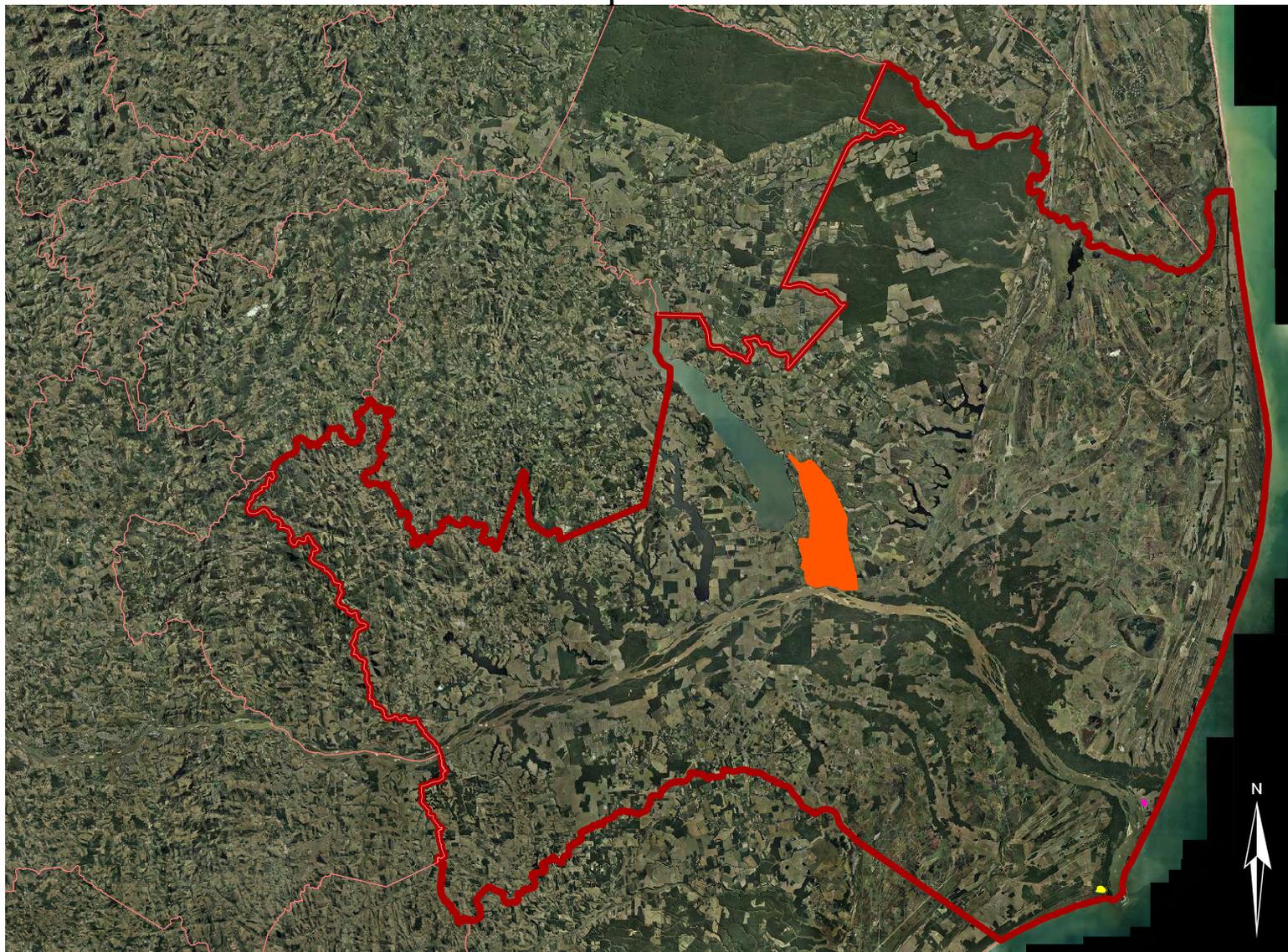
MASSA DE ÁGUA

- OCEANO ATLÂNTICO
- RIO DOCE
- LAGOAS

MAPA 03: Massa de água - 1800 a 1899
Autor: Natália Oliveira Lira da Silva
Orientador: Prof^a Dr. Renata Hermann de Almeida
Fonte do ortofotomosaico: IEMA



Mapa 04: Áreas urbanas existentes em cartografia histórica do município de Linhares



0 3,5 7 14 21 28 Km

Esc: 1/550.000

Legenda:

Limite municipal

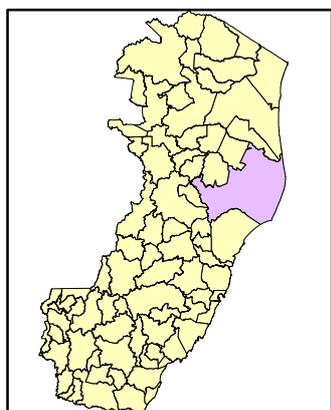
 LINHARES

Mancha urbana

 LINHARES

 POVOAÇÃO

 REGÊNCIA



0 35 70 140 210 280 Km

Esc: 1/7.000.000

Mapa 04: Áreas urbanas existentes em cartografia histórica

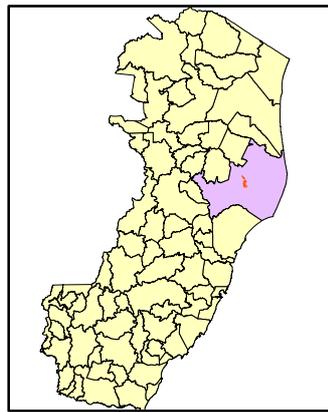
Autor: Natália Oliveira Lira da Silva

Orientador: Profª Dr. Renata Hermann de Almeida

Fonte do ortofotomosaico: IEMA 2008



Mapa 05: Categoria físico-histórica: Artefato urbano do município de Linhares



0 35 70 140 210 280 Km
Esc: 1/ 2.000.000



0 2,75 5,5 11 16,5 22 Km
Esc: 1/ 350.000

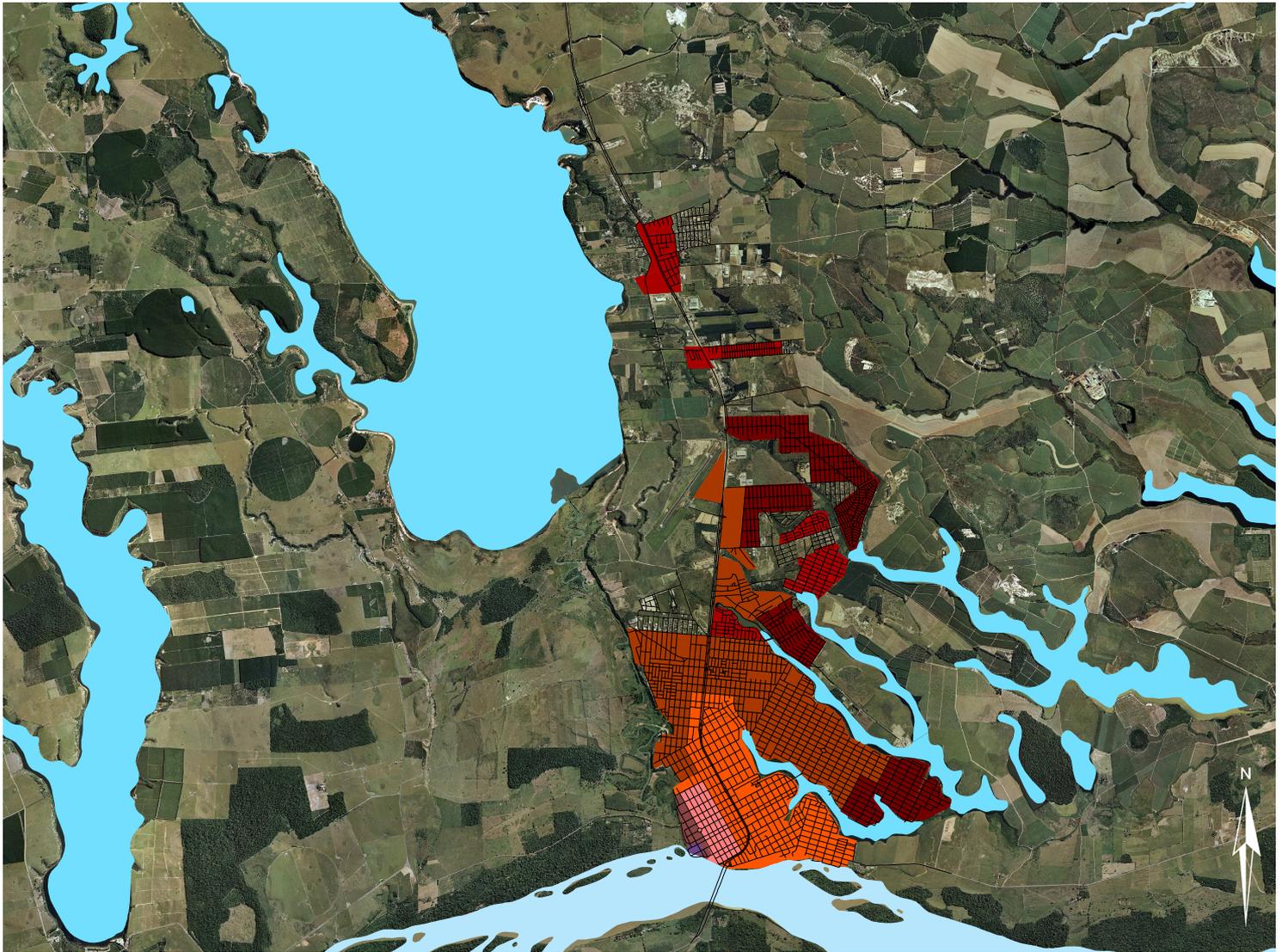


0 0,0175 0,035 0,07 0,105 0,14 Km
Esc: 1/2.000

Legenda

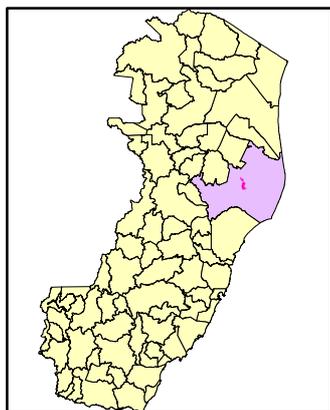
- Área histórica -1819
- Linhares - Mancha urbana

Mapa 06: Evolução urbana - sede municipal de Linhares



0 0,5 1 2 3 4 Km

Esc: 1/100.000



0 35 70 140 210 280 Km

Esc: 1/7.000.000

Legenda:

Evolução urbana- sede

- URBANO 1800
- URBANO 1930
- URBANO 1950
- URBANO 1960
- URBANO 1970
- URBANO 1980
- URBANO 1990

Massa de água

- Lagoas
- Rio

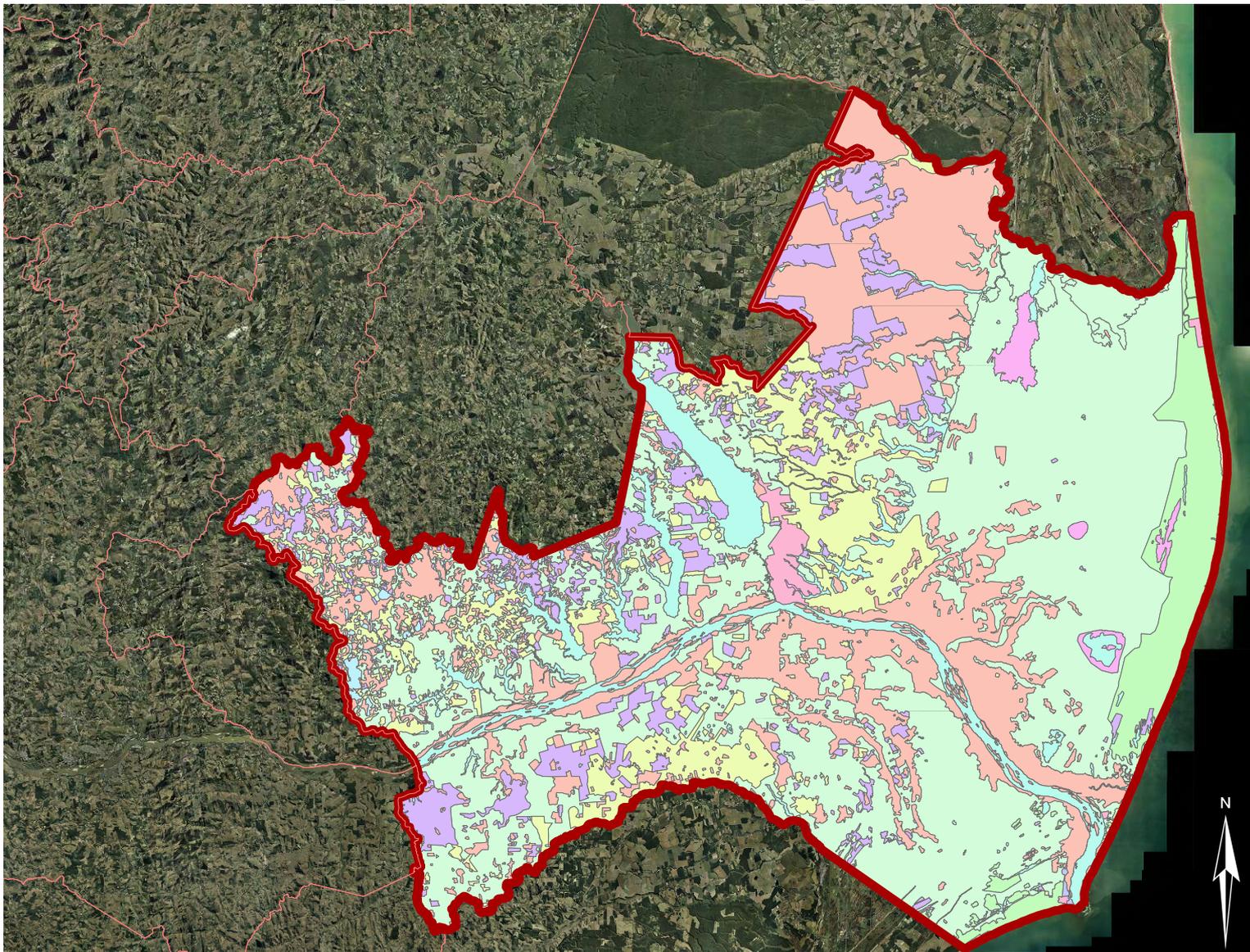
Mancha urbana

- Linhares-sede

Mapa 06: EVOLUÇÃO URBANA - Sede
 Autor: Natália Oliveira Lira da Silva
 Orientador: Profª Dr. Renata Hermann de Almeida
 Fonte do ortofotomosaico: IEMA 2008



Mapa 07: Uso do solo do município de Linhares



0 3,5 7 14 21 28 Km

Esc: 1/550.000

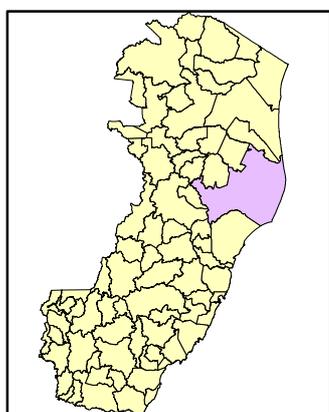
Legenda:

Limite municipal

-  OUTROS MUNICÍPIOS
-  LINHARES

Uso do solo

-  Afloramento
-  Alagado
-  Cultura
-  Floresta
-  Manguezal
-  Mineração
-  Pastagem
-  Praia
-  Restinga
-  Silvicultura
-  Urbano
-  Água



0 35 70 140 210 280 Km

Esc: 1/7.000.000

Mapa 07: Uso do solo do município de Linhares
Autor: Natália Oliveira Lira da Silva
Orientador: Profª Dr. Renata Hermanny de Almeida
Fonte do ortofotomosaico: IEMA 2008



Por meio de consulta aos arquivos dos processos de tombamento do Conselho Estadual de Cultura do Espírito Santo (CEC), são identificados alguns bens tombados que abrangem o território do atual município de Linhares (além dos identificados em cartografia histórica), listados abaixo:

-Farol do rio Doce (Processo nº30/98; Resolução nº 05/ 1998- Conselho Estadual de Cultura. Inscrição no Livro do Tombo Histórico, sob o nº 187, às Folhas 31v e 32): Construído pela Marinha, o "Farol do Rio Doce" é instalado em 15 de novembro de 1895, na margem norte do rio Doce. Doze anos após sua construção, o lugar onde está localizado é considerado inadequado por oferecer mais riscos aos navegantes, e o farol é, então, transferido para a margem sul. Composto por uma estrutura metálica de 30 metros de altura, portando lentes refletoras e mecanismos de iluminação, o farol sinaliza embarcações situadas em uma área de 17 milhas. Em 1998, a Associação de Moradores de Regência pede o tombamento do farol, alegando ser ele o representante de toda a transformação geográfica, histórica, cultural e econômica do Rio Doce e da Vila de Regência. A associação teme a derrubada do antigo farol pela Marinha para a construção de um novo. Efetivado em 1998, o tombamento do Farol do rio Doce não impede sua substituição por outro, executado em concreto armado e dotado de atributos técnicos considerados mais adequados às necessidades da navegação na região. Desmontado e removido de seu local original, medidas consideradas válidas na perspectiva de salvaguardar seus componentes, peças valiosas caracterizadoras de seu valor histórico, a cúpula do antigo farol se encontra preservado e exposto em área aberta, em frente ao Museu de Regência (figura 14).

Figura 14-Farol do rio Doce em Regência



Fonte: GAZETA ON LINE, 2013

-Ilha do imperador (Publicada no Diário Oficial no dia 17/11/1999, Processo nº 47/91, Resolução nº 04/99): No processo de tombamento é anexada a cópia do livro “Viagem de Pedro II ao Espírito Santo” de Levy Rocha, informando que o autor consultou no Museu Imperial de Petrópolis, a caderneta de anotações de D. Pedro II, incluindo desenhos e observações sobre sua viagem ao Espírito Santo. Nele o imperador faz menções à Lagoa Juparanã e à ilha. Levy Rocha relata que “daquela data em diante ficou resolvido que a ilha passaria a chamar-se Ilha do Almoço e é com essa designação que ela figura no mapa da província, organizado pelos engenheiros Cintra e Rivierre e impresso em 1888.” Mas, posteriormente firma-se em definitivo a designação como Ilha do imperador. A ilha tem área igual a 34.000 m² com perímetro de 852m e 2/3 da ilha é formada por racha granítica e o restante coberto por vegetação característica de bosque (figura 15).

Figura 15-Ilha do imperador- Lagoa Juparanã



Fonte: FLICKR, 2013

-Remanescentes da Mata Atlântica e seus ecossistemas associados no Espírito Santo (Publicada no Diário Oficial no dia 12/04/1991, Processo nº 51/89, Resolução 03/91): A Mata Atlântica no Espírito Santo constitui a última reserva significativa de cobertura vegetal do estado e é um dos mais bem preservados trechos da parte meridional do maciço atlântico. Dentre as áreas preservadas incluem as que se encontram no território de Linhares: todas as ilhas fluviais do rio Doce situadas no estado; a Reserva Biológica de Sooretama, a Reserva Natural da Vale do rio Doce [antiga Reserva Florestal da CVRD (Companhia Vale do Rio Doce)], a Reserva Biológica de Comboyos e a Floresta Nacional de Goitacazes incluindo uma faixa de 1 (um) km de largura que as circunde; os sistemas de lagoas incluindo uma faixa envoltória de 1 (um) km de largura; uma faixa de 1 km de largura de cada margem

do rio Doce, em sentido longitudinal desde sua foz até a divisa com o estado de Minas Gerais; e uma faixa litorânea de 4(quatro) km, a partir dos terrenos de marinha, acompanhando todo o litoral do Estado, excetuando o trecho compreendido entre os rios Jucu e Riacho. Ainda não é feito levantamento dos terrenos de marinha no litoral linhareense de acordo com a Superintendência do Patrimônio da União no Espírito Santo, não sendo, portanto, adicionado ao levantamento do patrimônio tombado pelo CEC (figura 16, 17, 18 e 19).

Figura 16-Reserva biológica de Sooretama



Fonte: NATUREZA BRASILEIRA, 2013

Figura 17-Reserva natural da Vale do rio Doce



Fonte: SKYSCRAPERCITY, 2013

Figura 18-Reserva biológica de Comboyos



Fonte: REGENCIAECOTUR, 2013

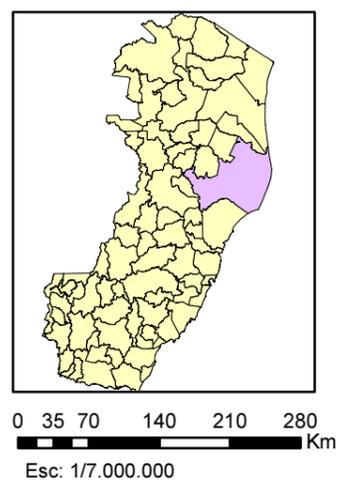
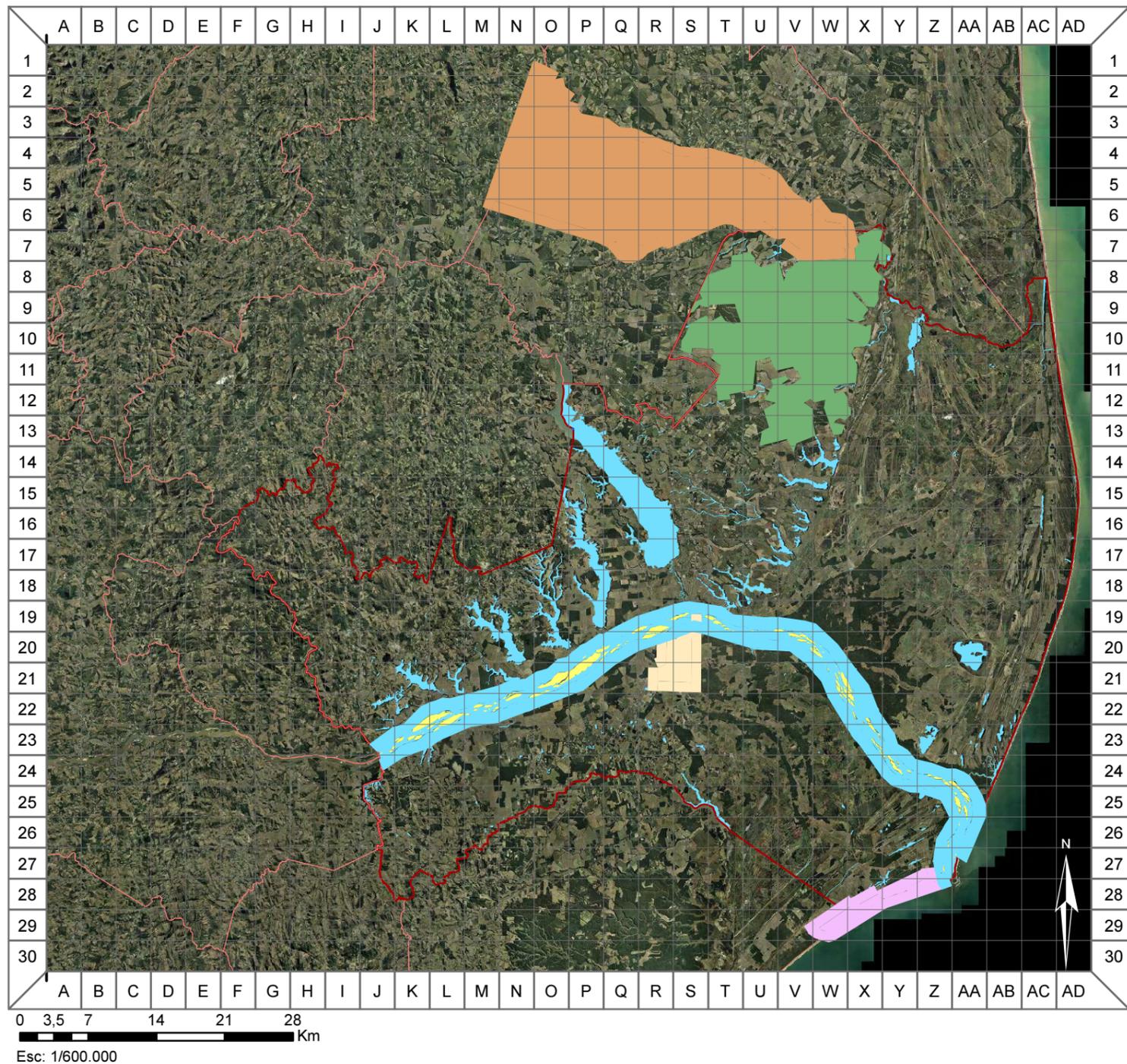
Figura 19-Floresta nacional de Goitacazes



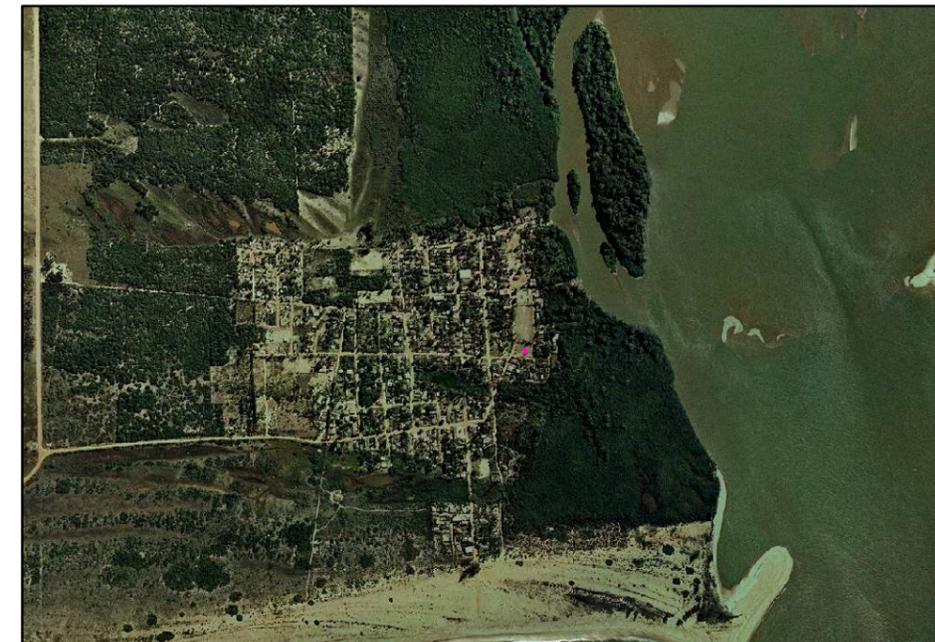
Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES, 2013

Como forma de sintetizar este levantamento de bens tombados pelo CEC, elaborase o mapa a seguir:

Mapa 08: Patrimônio tombado pelo CEC do município de Linhares



P13
1 0,5 0 1 Km
Esc: 1/20.000



Z27
1 0,5 0 1 Km
Esc: 1/20.000

- Legenda:**
- Rio doce e lagoas
 - Reserva da Vale
 - Ilhas fluviais
 - Ilha do imperador
 - Floresta de Goytacazes
 - Reserva biológica de Comboios
 - Reserva biológica de Sooretama
 - Farol de Regência

3.2. O atlas do patrimônio territorial no município de Linhares/ES

Como discutido anteriormente, o atlas do patrimônio territorial torna acessível o conhecimento do lugar, pois é de fácil interpretação e ao mesmo tempo é um sistema complexo, pelo número de informações que apresenta. Ele é a consequência da representação, pois é uma técnica de construção da imagem do território criada pela observação do território e desenho de manipulação de software GIS.

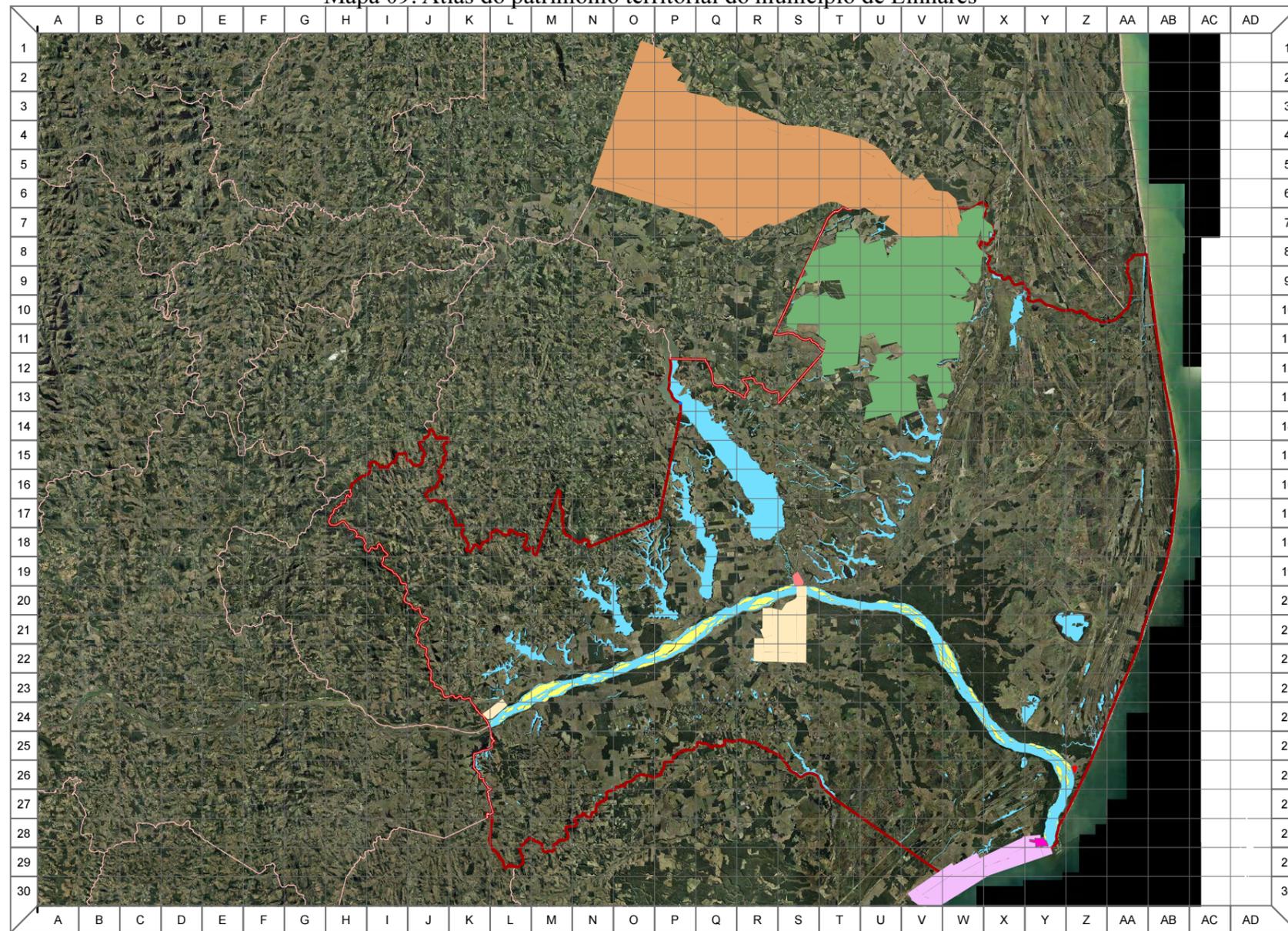
Após a pré-identificação do patrimônio territorial linharenses nos ensaios de representação identitária vistos no subitem anterior, pode-se avançar os estudos para a criação do atlas do patrimônio territorial do município, englobando o patrimônio identificado na cartografia histórica, bem como o patrimônio tombado atualmente pelo CEC e o patrimônio identificado na cartografia atual (IJSN, Comitê da Bacia do rio Doce, entre outros).

Elabora-se análise destes ensaios, identificando como patrimônio territorial de Linhares a Reserva natural da Vale do rio Doce, a Reserva biológica de Sooretama, a Reserva biológica de Comboyos, a Floresta nacional de Goitacazes, o rio Doce e suas ilhas, a ilha do imperador, as lagoas, a Vila de Regência, a Vila de Povoação e o centro histórico de Linhares [mapeado por Lira (2009) e que se denomina Zona de Proteção do Entorno (ZPE)²⁰].

A seguir, vê-se o atlas do patrimônio territorial de Linhares sobre a base do ortofotomosaico do IEMA (Instituto Estadual do Meio Ambiente) e sem a base, apresentando apenas o patrimônio territorial e a topografia do município, para uma melhor visualização de seu patrimônio.

²⁰Com base no estudo de Lira (2009, p.125), a ZPE contém o Centro Histórico, sendo uma área contínua a ele, onde o uso e a ocupação do solo possam garantir a visibilidade, ambiência e integração do Centro Histórico na paisagem.

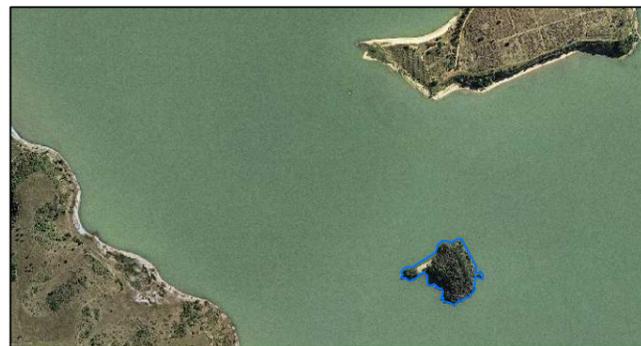
Mapa 09: Atlas do patrimônio territorial do município de Linhares



0 10 20 40 Km
Esc: 1/400.000



S19
0 15 30 60 Km
Esc: 1/12.500



P13
0 0,5 1 2 Km
Esc: 1/20.000



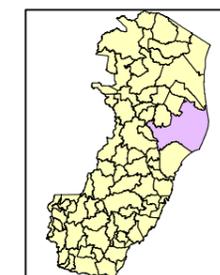
Y28
0 0,5 1 2 Km
Esc: 1/20.000



Z26
0 0,5 1 2 Km
Esc: 1/20.000

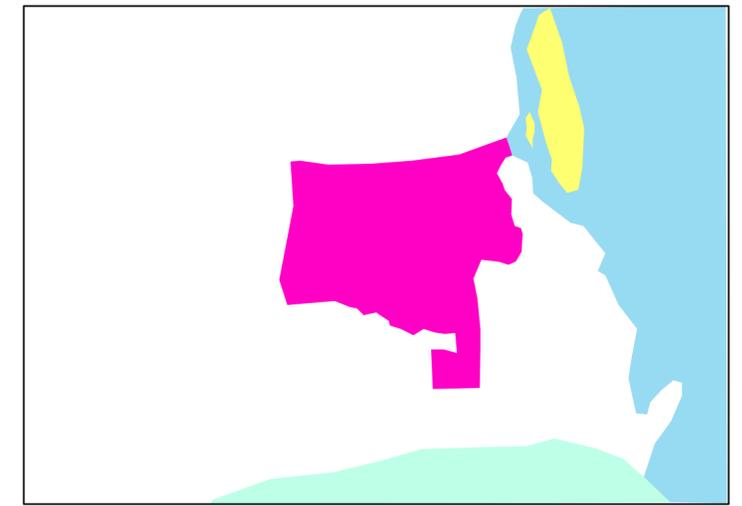
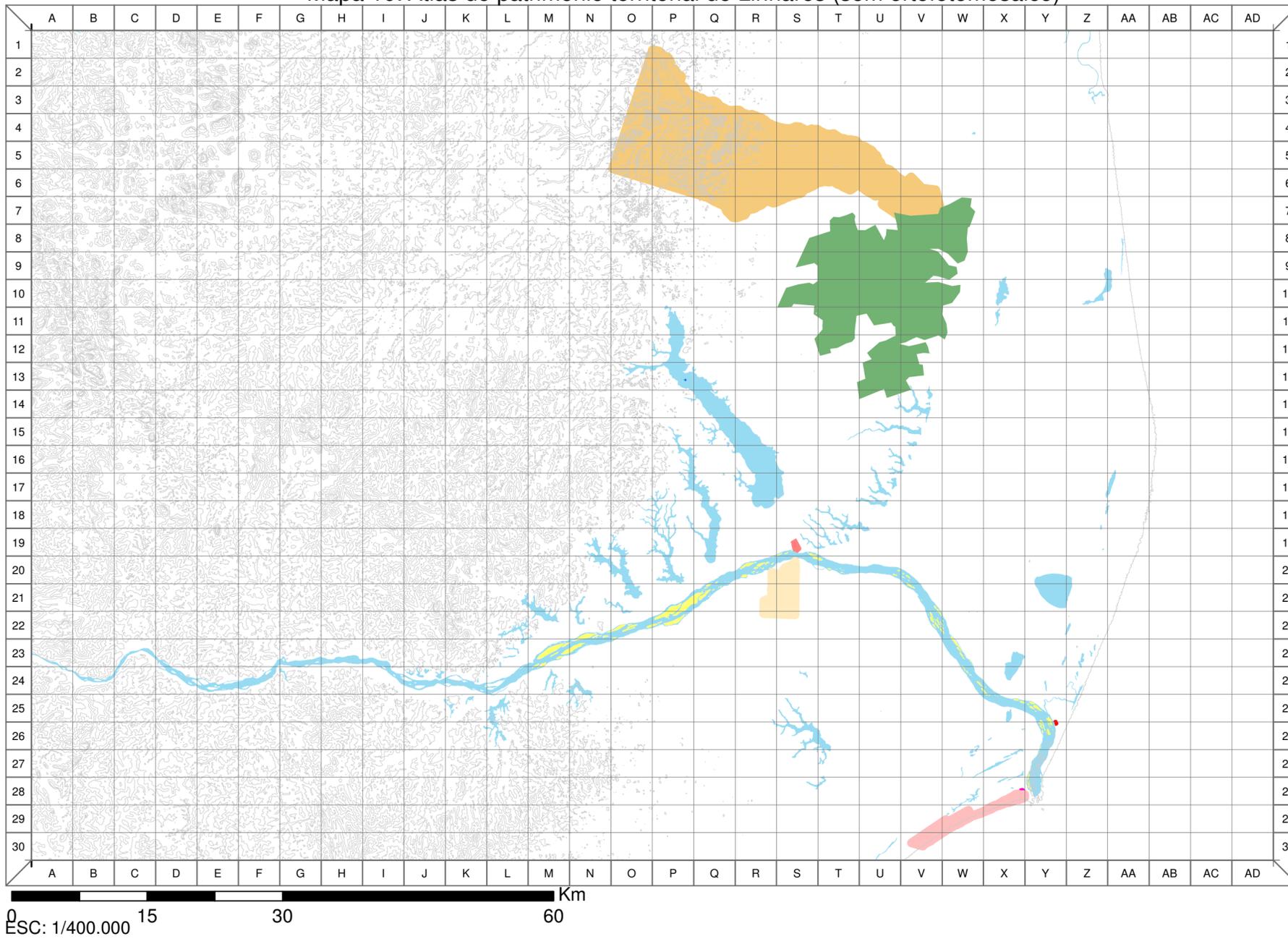
Legenda:

- Rio doce e lagoas
- Oceano Atlântico
- Reserva da Vale
- Ilhas fluviais
- Ilha do imperador
- Floresta de Goytacazes
- Reserva biológica de Comboios
- Reserva biológica de Sooretama
- Vila de Regência
- Vila de Povoação
- Zona de proteção do entorno

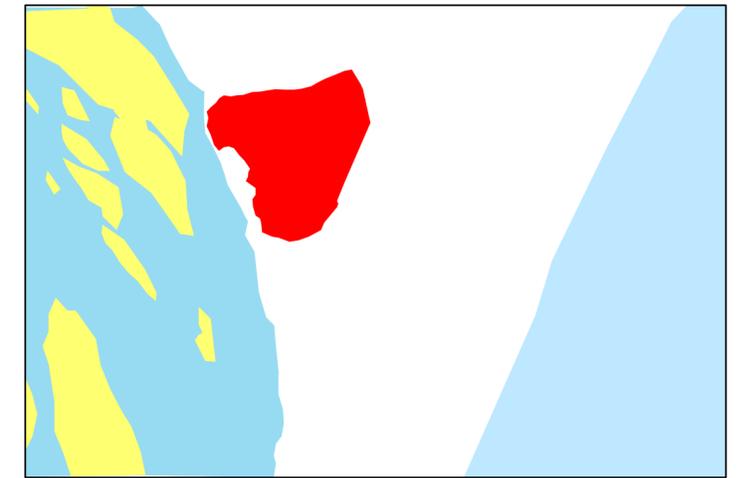


0 35 70 140 210 280 Km
Esc: 1/7.000.000

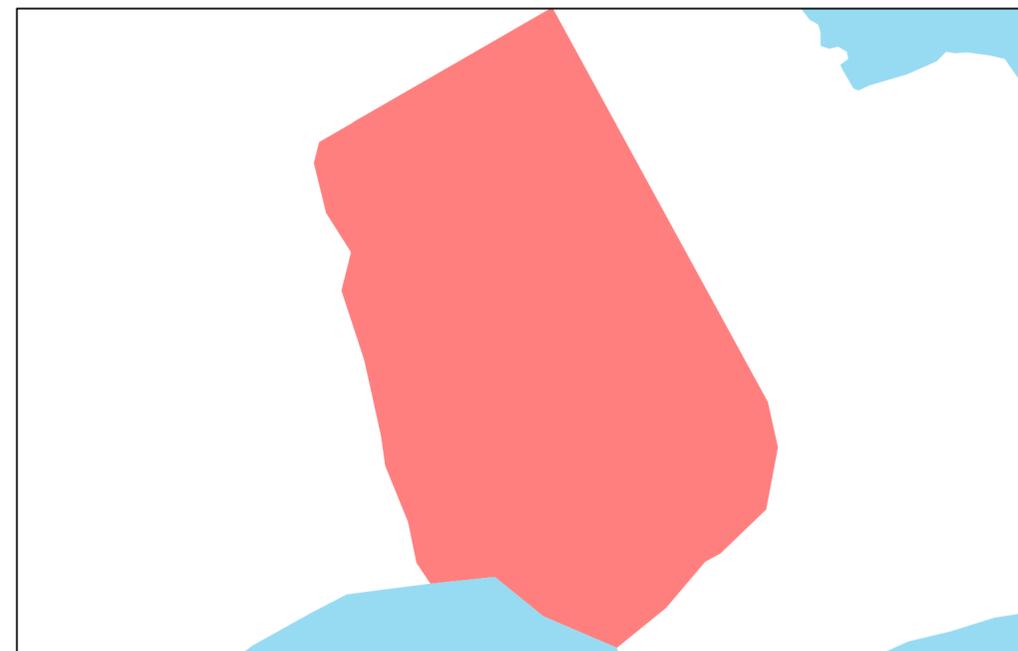
Mapa 10: Atlas do patrimônio territorial de Linhares (sem ortofotomosaico)



X28
0 0,5 1 2 Km
ESC: 1/20.000



Y26
0 0,5 1 2 km
ESC: 1/20.000



S19
0 0,5 1 2 Km
ESC: 1/12.500



P13
0 0,5 1 2 Km
ESC: 1/20.000



0 70 140 280 Km
ESC: 1/7.000.000

Legenda

- Rio Doce e lagoas
- Oceano Atlântico
- Curva de nível
- Reserva da vale
- Ilhas fluviais
- Ilha do imperador
- Flona de Goytacazes
- Reserva biológica de Comboios
- Reserva biológica de Sooretama
- Vila de Regência
- Vila de Povoação
- Zona de proteção do entorno

4. ROTEIRO METODOLÓGICO DA REPRESENTAÇÃO IDENTITÁRIA DO PATRIMÔNIO TERRITORIAL

4.1. Considerações preliminares

O roteiro metodológico proposto tem o intuito de mostrar as etapas que devem ser seguidas para a elaboração de Representação Identitária do território de lugares em crescimento, onde inexistente legislação para a preservação do patrimônio (em especial dentro do entendimento de patrimônio territorial). Este roteiro tem como base estrutural do texto o Roteiro Geral Metodológico do plano de trabalho aprovado pelo Instituto Estadual de Meio Ambiente e pela Universidade Federal do Espírito Santo, e elaborado pelo LabGest (Laboratório de Gestão de Recursos Hídricos e Desenvolvimento Regional–UFES), intitulado “Projeto executivo para o enquadramento dos corpos de água em classes e plano de bacia para os rios Santa Maria da Vitória e Jucu”(LABGEST/UFES,20--).

Entende-se que a representação identitária do patrimônio territorial é uma das etapas na preservação do patrimônio, de real importância, pois não há preservação de um bem sem o entendimento de que o mesmo faz parte da história de um determinado lugar.

Nesta pesquisa, pôde-se chegar à Atividade 06, da Etapa 03, a elaboração do Atlas do patrimônio territorial, ficando as próximas etapas para uma pesquisa posterior, tendo em vista o tempo hábil para elaborar métodos de discussão dos resultados com a comunidade; e, por fim, divulgar aos órgãos competentes para sua utilização nos planos de preservação.

O ensaio de representação identitária do território contribuiu para o roteiro metodológico por mostrar o processo para a elaboração do atlas do patrimônio, de forma a aplicar os princípios de organização propostos pelo roteiro.

A seguir, têm-se as etapas das atividades propostas para identificação e representação do patrimônio territorial.

4.2. Roteiro Metodológico de Representação Identitária

ETAPA 01: LEVANTAMENTO DE DADOS

Atividade 01- Levantamento de dados históricos e informações do lugar

- Identificação histórica do surgimento do lugar analisado e informações sobre seu desenvolvimento físico, socioeconômico e cultural, por meio de pesquisa bibliográfica, para o entendimento do contexto no qual se insere e da importância de sua preservação.

Atividade 02- Análise e seleção de cartografia histórica

- Levantamento de cartografia histórica, que apresente o lugar a ser estudado, em bibliotecas municipais, estaduais e nacionais para análise da cartografia em meio impresso, bem como pelo acesso de acervo de bibliotecas em meio digital.

- Seleção de cartografia histórica adequada para a pesquisa proposta, quanto ao nível e tipo de informação, quanto à condição de conservação do documento cartográfico, quanto ao seu caráter de exemplaridade.

- Inventário da cartografia em que se encontre o lugar estudado, identificando legenda, autor, ano, dimensão, escala e acervo, bem como a descrição do conteúdo e uma imagem da cartografia analisada.

Atividade 03- Pesquisa em instituições de preservação cultural e ambiental

- Pesquisa de documentação disponível nas instituições de preservação cultural e ambiental referente ao lugar estudado, nas esferas municipal, estadual, nacional visando à complementação do inventário dos bens de preservação (patrimônio ambiental, territorial e socioeconômico) identificados na cartografia histórica.

ETAPA 02: ELABORAÇÃO DE ENSAIO DE REPRESENTAÇÃO IDENTITÁRIA DO TERRITÓRIO

Atividade 04- Definição de base de dados cartográficos

- Seleção de *software*²¹ e de base georeferenciada + Seleção de *shapefiles*²² + Definição de escalas e formas de representação que sejam de fácil leitura por leigos e técnicos.

Atividade 05– Mapeamento do patrimônio territorial

²¹ *Software*: Neste caso, *software* de aplicação - programas de computadores que permitam ao usuário executar uma série de tarefas específicas em diversas áreas de atividade.

²² *Shapefile* é um formato popular de arquivo contendo dados geoespaciais em forma de vetor usado por Sistemas de Informações Geográficas.

- Elaboração de mapeamento dos elementos identificados como referência de identidade territorial, na Etapa 01, segundo as diferentes categorias de informação (uso do solo, evolução urbana, bens patrimoniais: ambientais, paisagístico territoriais e socioeconômico).

ETAPA 03: ELABORAÇÃO DO ATLAS

Atividade 06- Elaboração do atlas do patrimônio territorial

- Representação dos itens identificados no ensaio anterior e sua representação final sem a base do ortofotomosaico, com o intuito de sobressaltar o patrimônio territorial do município.

Atividade 07- Discussão dos resultados

- Reunião com a comunidade do lugar com a finalidade de apresentar e discutir os resultados mapeados.

Atividade 08- Revisão do Atlas

- Complementação do atlas a partir das contribuições oriundas de ideias discutidas com a comunidade.

ETAPA 04: DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

Atividade 06- Divulgação dos resultados

- Divulgação do atlas do patrimônio territorial do município junto a instituições relacionadas às políticas e estratégias de planejamento, gestão, proteção e valorização do patrimônio territorial, à comunidade em geral e/ou grupos sociais organizados visando a elaboração do Estatuto do Lugar e associados aos Cenários Estratégicos para um Desenvolvimento Local Autossustentável.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a elaboração de projetos baseados no conceito de desenvolvimento autossustentável, precisa-se, primeiramente, entender o que é patrimônio territorial, o que, no entendimento da Escola Territorialista Italiana, constitui a base de projetos e planos de desenvolvimento autossustentável.

O patrimônio territorial é constituído pelas interações contínuas entre o ambiente natural, ambiente construído e ambiente antrópico, e pelo processo de sua construção histórica e do que o mantém com vida. A representação identitária é a forma de representação deste território.

Para uma aproximação ao conceito de patrimônio territorial, procura-se entender a evolução do conceito de patrimônio, por ser este o patrimônio que se destaca no território de Linhares/ES, adotado como objeto empírico. Acrescenta-se a essa análise a adoção do território como parte do patrimônio histórico e cultural vinculado às práticas sociais e à memória coletiva.

O problema tratado na dissertação é a necessidade de proposição de um roteiro metodológico destinado a orientar o processo de identificação do patrimônio de um determinado território, através da identificação e mapeamento do patrimônio existente, sendo este parte do processo de preservação do patrimônio territorial.

Quanto ao estabelecimento de diretrizes para proposição de metodologia de representação identitária do patrimônio territorial, necessita-se de uma aproximação conceitual acerca do par temático – patrimônio territorial e representação identitária, o que nos leva a adotar os conceitos da Escola Territorialista Italiana, por ser ela o principal grupo de estudo nesta área. Há, porém a necessidade da tradução da maior parte dos textos deste grupo, por não haver o mesmo traduzido em língua portuguesa, o que dificulta o processo de pesquisa bibliográfica; sendo uma contribuição para os estudiosos da Escola Territorialista Italiana.

Na etapa de identificação, caracterização e mapeamento do patrimônio territorial do município de Linhares há certa dificuldade para levantamento de cartografia histórica, já que o povoado passa a ser ocupado em 1800, sendo relativamente recente em relação à ocupação do Espírito Santo, condição refletida no reduzido quantitativo de cartografia a ser levantada que apresente o município. Outra dificuldade desta etapa da pesquisa é que um pequeno número de material

cartográfico se encontra disponível em arquivos digitais, o que exige o recurso à reprodução fotográfica, e conseqüente perda da qualidade da imagem.

Para o desenvolvimento dos ensaios de representação identitária se faz necessário aprender a utilizar a tecnologia SIG (Sistemas de Informações Geográficas, neste caso o ArcGIS), para representação deste patrimônio e que tem como produto final o Atlas do patrimônio territorial de Linhares (com o intuito de conhecer e preservar o lugar).

Sabe-se que a representação identitária do território com a utilização de cartografia histórica é um dos meios de descrição e representação da identidade dos lugares, mas é um percurso analítico complexo; por haver vários tipos de aproximações perceptivas: a imagem pictórica, a fotografia, a narrativa, a poesia, a biografia; valendo então como forma de ampliação do Atlas, buscar algumas destas aproximações em trabalhos posteriores.

Diante do quadro de desenvolvimento de Linhares/ES, vê-se que a falta de meios de preservação do frágil território do município, acarreta uma degradação ambiental. A aproximação territorialista interpreta a degradação ambiental (e a insustentabilidade do modelo de desenvolvimento que a produz) como consequência do sistemático processo de desterritorialização.

Os estudos sobre o desenvolvimento têm se acentuado em virtude de vários fatores, especialmente do agravamento da degradação ambiental. Para tanto, a organização política e o envolvimento dos sujeitos, a formação/educação, o planejamento e gestão, as redes de cooperação, a valorização das identidades, entre outros processos, são fundamentais na redefinição da produção e de outros aspectos da vida cotidiana, numa concepção de desenvolvimento que envolve, necessariamente, o rearranjo das relações de poder. Essa concepção incorpora lentamente um caráter político muito forte e, simultaneamente, uma perspectiva de desenvolvimento em rede, em favor do uso mais apropriado da natureza, de pequenas e médias empresas, da cooperação, das identidades locais, entre outros, o que substantiva o que se denomina de desenvolvimento territorial.

O roteiro metodológico proposto tem o intuito de mostrar as etapas que devem ser seguidas para a elaboração de Representação Identitária do território de lugares em crescimento, onde inexistente legislação para a preservação do patrimônio territorial.

Este se constitui etapa de um processo analítico-projetual orientado para um desenvolvimento autossustentável em que o ator social local constitua agente ativo para a elaboração do estatuto do lugar, sendo ambos responsáveis pela formação do cenário estratégico, que passando pelo processo de implantação do plano permite desenvolver um local mais sustentável com a maior valorização do patrimônio.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, C. M.; Camara, G.; Monteiro, A. M.(Orgs.) **Geoinformação em urbanismo: cidade real x cidade virtual**. São Paulo: Oficina de Textos, 2007, pp.19-31.
- ALMEIDA, R. H.; ANDRADE. B. A.; PANI, D. F. A rede hídrica e um patrimônio territorial: um ensaio de representação identitária em duas bacias hidrográficas no Espírito Santo - Brasil. In: ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO - ARQUIMEMÓRIA 4, 2013, Salvador. **Anais [do] IV Encontro Internacional sobre Preservação do Patrimônio Edificado-ARQUIMEMÓRIA 4**. Salvador, 2013, p.01-13.
- ALVES, L. A. dos R. **O conceito de lugar**. Arqtextos. Ano 08, ago 2007. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/08.087/225>> Acesso em: 22/05/2013.
- ESPÍRITO SANTO. **Mappa rodoviário do Estado do Espírito Santo, 1935**. Arquivo Histórico do Exército do Rio de Janeiro . [Vitória], 1935. 1 mapa. Escala 1: 1.000.000.
- BELQUIOR. [Sem título]. Fotografia. Online. Disponível em: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1518096>> Acesso em: 28/01/2013.
- BRASIL. Constituição (1934), de 16 de julho de 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao34.htm> Acesso em: 05/08/2013.
- BRASIL. Constituição (1937), de 10 de novembro de 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao37.htm> Acesso em: 05/08/2013.
- BRASIL. Constituição (1988). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 05/08/2013.
- BRASIL. Decreto legislativo nº 3, de 13 de fevereiro de 1948. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decleg/1940-1949/decretolegislativo-3-13-fevereiro-1948-364761-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em: 07/01/2014.
- BRASIL. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm> Acesso em: 05/08/2013.
- BRUCE, G.; HAESBAERT, R. **A desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari**. GEOgraphia, vol. 4, n 7, 2004. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/viewArticle/74>> Acesso em: 21/03/2013.

CADERNO de pesquisas: **leis urbanísticas dos municípios do Espírito Santo**. Instituto Jones dos Santos Neves. Vitória: 2008.

CARTA, M. *La rappresentazione identitaria dall'Atlante del Patrimonio allo Scenario del Master Plan*. In: MAGNAGHI, Alberto; GIACOMOZZI, Sara. **Un fiume per il territorio**: Indirizzi progettuali per il parco fluviale del Valdarno empoiese Firenze: Firenze University Press, 2009.

CINTRA, C. e RIVIERRE, C. **Planta da parte da província do Espírito Santo**. Biblioteca nacional. [Rio de Janeiro], 1878. 1 mapa. Escala 1:250.000.

CITTADIN, A.P.; et al. **Paisagem e patrimônio natural**: uma abordagem territorial a partir da legislação. In: 4º Congresso Luso-brasileiro para o planejamento urbano, regional, integrado, sustentável. PLURIS 2010. Faro, Portugal. Anais... Faro, 2010. Disponível em: <http://pluris2010.civil.uminho.pt/congresso_actas_Tit.html> Acesso em: 28 maio 2012.

CURY, I. **Cartas Patrimoniais**: 3ª edição – Revista e aumentada. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil) Cartas Patrimoniais. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

FLICKR. 1 fotografia. Disponível em: <<http://www.flickr.com/photos/34514171@N02/5961965740/sizes/o/in/photostream/>> Acesso em: 31/10/2013.

IPHAN. **Coletânea de Leis sobre preservação do Patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006. 320 p.

INCAPER. Instituto capixaba de pesquisa, assistência técnica e extensão rural. 1 imagem. Disponível em: <<http://www.incaper.es.gov.br/?a=proater/municipios>> Acesso em : 05 set. 2013.

GAZETA ON LINE. 1 fotografia. Disponível em: <http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2012/02/noticias/gazeta_online_norte/noticias_norte/1125692-farol-de-regencia-passara-por-restauracao.html> Acesso em: 31 out. 2013.

GUERRA, A.T. **Dicionário geológico-geomorfológico**. 8ª Ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1993. 446 p.:il.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>> Acesso em: 30 maio 2012.

LABGEST/UFES. **Projeto executivo para o enquadramento dos corpos de água em classes e plano de bacia para os rios Santa Maria da Vitória e Jucu**. Vitória, 20--. Anexo 21. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br>> Acesso em: 10 dez.2013.

LABORATÓRIO DE GEOPROCESSAMENTO - SEAMA. **Mapa imagem do município de Linhares**. [-], 1990. 1 mapa:80x97cm. Escala 1:100.000.

LIRA, N.O. **Centro Histórico de Linhares / ES: Plano de Preservação do Patrimônio Urbano-Arquitetônico da Sede Municipal.** Monografia (Graduação) – Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2009.

LUCCHESI, F. *Rappresentare l' identità del territorio: gli Atlanti e le Carte del patrimonio.* In MAGNAGHI, A. **La rappresentazione identitaria del territorio.** Atlanti, codici, figure, paradigmi per il progetto locale. Firenze: Alinea Editrice, 2005, pp. 23-38.

MAGNAGHI, A. **El proyecto local: hacia una consciencia del lugar.** Catalunya: Architectonics, 2011.

MAGNAGHI, A. **La rappresentazione identitaria del territorio.** Atlanti, codici, figure, paradigmi per il progetto locale. Firenze: Alinea Editrice, 2005, 426 p.

MAGNAGHI, A. **Rappresentare i luoghi.** Metodi e tecniche. Firenze: Alinea Editrice, 2001. Disponível em: <http://www.lapei.it/?page_id=568>. Acesso em: 18 fev. 2013.

MARTINS, A. M. M. Turismo e Arquitetura: a produção do atrativo via singularidade/notoriedade do lugar. **Vitruvius.** Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.093/169>> Acesso em: 24 abril 2012.

NATUREZA BRASILEIRA. 1 fotografia. Disponível em: <http://www.naturezabrasileira.com.br/foto/13632/reserva_biologica_de_sooreta_ma___es.aspx> Acesso em: 31/10/2013.

POLI, D. *Rappresentazione dele identità storico-morfologiche dei luoghi.* In: MAGNAGHI, Alberto. **Rappresentare i luoghi.** Metodi e tecniche. Firenze: Alinea Editrice, 2001. 215-285 p. Disponível em: <http://www.lapei.it/public/2011/01/Rappresentare_050_Poli.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2013.

PONTES, A. P. da S. **Carta Geográfica do Rio Doce e seus afluentes.** Arquivo Histórico do Exército do Rio de Janeiro. [-.], 1800. 1 mapa.

PORTUGALIE Monumenta Cartográfica. **Mapa datado de 1616 que apresenta parte do litoral do estado do Espírito Santo, o rio Doce e possivelmente a lagoa Juparanã em um dos braços do rio.** Edição Brasileira do Ministério das Relações Exteriores: Banco BBM. Lisboa, 1966.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES. Disponível em: <<http://www.linhares.es.gov.br/Cidade/Economia.htm>> Acesso em: 29 Maio 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES. 1 fotografia. Disponível em: <<http://www.linhares.es.gov.br/Noticias/Noticias.aspx?id=3859>>. Acesso em: 31/10/2013.

REGENCIAECOTUR. 1 fotografia. Disponível em:<<http://www.regenciaecotur.com.br/novidades.asp?id=218>> Acesso em: 31/10/2013.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território.** 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. 200 p.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA- IBGE. **Carta do Brasil - Linhares.** [-],1979. 1 mapa: 60x75,5 cm.

SERRA, G. G. **Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo:** guia prático para pesquisadores em pós-graduação. São Paulo: Edusp: Mandarin, 2006. 256p.

SKYSCRAPERCITY. 1 fotografia. Disponível em:<<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=531746>> Acesso em: 31/10/2013.

VALCÁRCEL, J.O. **El patrimonio territorial:** El territorio como recurso cultural y económico. In: Romón, M.A.C (Coord). Territorio y patrimonio. Conferencia Internacional sobre Conservación de Centros Históricos y del Patrimonio Edificado. Valladolid, 1998. Disponível em: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/listaarticulos?tipo_busqueda=EJEMPLAR&revista_busqueda=2694&clave_busqueda=152393> Acesso em: 28 fev.2013.

ZUNTI, M. L. G. **Panorama histórico de Linhares.** 1ª ed. Linhares: Prefeitura Municipal de Linhares, 1982.

APÊNDICE A - Bibliografia complementar

CASTRIOTA, L. B. **Alternativas contemporâneas para políticas de preservação.** Revista Topos, Belo Horizonte, n. 1, jul./dez. 1999.

CONCEIÇÃO, T. O. L. da. **Introdução ao direito ambiental.** Disponível em: <http://artigos.netsaber.com.br/resumo_artigo_16219/artigo_sobre_introducao_ao_dir_eito_ambiental> Acesso em: 09 Maio de 2012.

FERRAZ, K.C. **Subsídio metodológico à integração da gestão de recursos hídricos com a gestão territorial, considerando as políticas florestal, agrícola e municipal urbana.** Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.

MARINATO, C.F. **Integração entre a gestão de recursos hídricos e a gestão municipal urbana:** estudo da inter-relação entre instrumentos de gestão. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

NATAL, J. L. A. (Org.) **Território e Planejamento: 40 anos de PUR/UFRJ.** 1ª edição. Rio de Janeiro: Letra Capital: IPPUR, 2011.

SABATÉ BEL, J. **De la preservación del patrimonio a la ordenación del paisaje:** intervenciones en paisajes culturales Europa-Latinoamérica. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE PATRIMÔNIO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL. 1, 2010, Campinas e Jaguariúna [São Paulo], Brasil. Anais...Campinas [Brasil]: Conpadre, 2010. 18p. Disponível em: <www.conpadre.org> Acesso em: 09/07/2013.

SABATÉ BEL, J. **Paisajes culturales y desarrollo local: ¿Alta costura o prêt a porter?.** Labor & Engenho, Campinas [Brasil], v.1, n.1, p.51-76, 2007. Disponível em: <www.conpadre.org>. Acesso em : 09/07/2013.

SANTOS JUNIOR, O.A. dos; MONTANDON, D.T.(orgs.) **Os planos diretores municipais pós-estatuto da cidade:** balanço crítico e perspectivas. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Cidades: IPPUR/UFRJ, 2011.

SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. **Território, Territorialidade e Desenvolvimento:** diferentes perspectivas no nível internacional e no Brasil. In: ALVES, A .F.; CARRIJO, B. R.; CANDIOTTO, L. Z. P. *Desenvolvimento territorial e agroecologia.* Francisco Beltrão: Expressão Popular, 2007.

SCIFONI, S. **A Construção do Patrimônio Natural.** São Paulo: Labur Edições, 2008, 199p.

TEDESCO, A.N.S. **Subsídios para integração da gestão das águas com a gestão urbana: desenvolvimento de um modelo conceitual para a conexão de mecanismos e instrumentos de gestão.** Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

VALLEJO, L. R. **Unidades de conservação**: uma discussão teórica à luz dos conceitos de território e de políticas públicas. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/viewArticle/88>>. Acesso em: 02 set.2012.

WAISMAN, M. **El Patrimonio es la construcción de la ciudad**. Summa+. Buenos Aires, n. 23, p. 92-96, fev.1997.

APÊNDICE B - Inventário (CD)